

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**CONSOLIDADO**  
**1º SEMESTRE 2015**

**GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.**

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa  
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856  
Capital Social: 50.000.000 €

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (adiante designada também por GNB Seguros Vida ou Companhia) relativos ao 1º semestre de 2015.

# Índice

## **1. Relatório de Gestão Consolidado**

1.1 Principais indicadores da atividade

1.2 Órgãos Sociais

1.3 Enquadramento económico

1.3.1 Breve enquadramento macroeconómico

1.3.2 Breve enquadramento do setor Segurador

1.4 A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida

1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

## **2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo Integrante**

2.1 Conta de ganhos e perdas

2.2 Demonstração do Rendimento Integral

2.3 Demonstração da posição financeira

2.4 Demonstração das variações do Capital Próprio

2.5 Demonstração dos fluxos de caixa

2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

# **1. Relatório de Gestão Consolidado**

## 1.1 - Principais Indicadores de Atividade

(em milhões de euros)

<b>Variáveis de Balanço</b>	<b>Junho 15</b>	<b>Dezembro 14</b>	<b>Var.</b>
Ativo	6.495,6	7.714,5	-15,8%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	6.385,9	7.606,7	-16,0%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	1.403,5	1.461,1	-3,9%
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	4.154,3	5.110,8	-18,7%
Capital Próprio e Interesses Minoritários	490,2	516,4	-5,1%
<b>Variáveis de Ganhos e Perdas</b>	<b>Junho 15</b>	<b>Junho 14</b>	<b>Var.</b>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-146,0	-95,6	-52,8%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-1,0	-10,3	89,9%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	116,0	-10,1	1250,7%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-2,3	-1,8	-27,6%
Custos e gastos de exploração líquidos	-12,6	-16,3	22,8%
Atividade Financeira Líquida	135,3	202,1	-33,1%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	78,1	124,8	-37,4%
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	25,7	95,5	-73,1%
Perdas de Imparidade	-2,9	-17,6	83,7%
Diferenças de Câmbio	34,4	-0,6	5404,4%
Resultado Líquido do exercício	84,3	79,2	6,5%
<b>Produção Total</b>	<b>Junho 15</b>	<b>Junho 14</b>	<b>Var.</b>
<b>Portugal</b>	<b>238,3</b>	<b>1.145,3</b>	<b>-79,2%</b>
Contratos de seguros	42,0	106,0	-60,4%
Contratos de investimento	196,3	1.039,3	-81,1%
<b>Espanha</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,9%</b>
Contratos de seguros	1,0	1,0	1,9%
Contratos de investimento	0,0	0,0	0,0%
Nº de colaboradores (quadro permanente)	81	82	-1

## 1.2 - Órgãos Sociais

A 30 de Junho de 2015, a composição dos Órgãos Sociais da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (GNB Seguros Vida) é a seguinte:

### Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho (Presidente) \*  
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David  
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos  
José António Rodrigues Nunes Coelho

**A Gestão Corrente da Sociedade é assegurada pelo Dr. Nuno Manuel da Silva Ribeiro David, o qual se mantém com funções executivas, em delegação pelo Conselho de Administração.**

### Mesa da Assembleia Geral

Na sequência da renúncia apresentada em 31 de Março de 2015 pelos senhores Dr. Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz e Dr. João Gomes da Silva, Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral, respetivamente, o acionista NOVO BANCO decidiu eleger em Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2015 os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral:

Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes  
(Presidente)

Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros  
(Secretário)

### Conselho Fiscal

José Maria Ribeiro da Cunha (Presidente)  
Jacques dos Santos (vogal efetivo)  
Maria Madalena França e Silva de Quintanilha  
Mantas Moura (vogal efetivo)  
Paulo Ribeiro da Silva (vogal suplente)

### Revisores Oficiais de Contas

Revisor Oficial de Contas Efetivo:  
PricewaterhouseCoopers, Lda., S.A.  
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia  
ou José Manuel Henriques Bernardo.

Revisor Oficial de Contas Suplente: Jorge  
Manuel Santos Costa (Revisor Oficial de Contas).

### Secretário da Sociedade

Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão

\*Renunciou ao cargo com efeitos a partir de 28 de Julho de 2015 por motivos de aposentadoria.

## 1.3 - Enquadramento económico

### 1.3.1 - Breve enquadramento macroeconómico

O 1º semestre de 2015 ficou marcado por uma evolução positiva da atividade económica na Zona Euro, a beneficiar dos efeitos desfasados da queda do preço do petróleo em 2014, da depreciação do euro, de uma menor restritividade da política orçamental e de uma melhoria das condições financeiras, em grande medida associada ao anúncio de uma política de *quantitative easing* por parte do BCE. O PIB da Zona Euro cresceu 0,4% no 1º trimestre (ou cerca de 1,6% em termos anualizados), devendo ter repetido este registo no 2º trimestre. A primeira metade do ano ficou também marcada por um aumento dos riscos políticos, associados às tensões em torno da Ucrânia e da Rússia e, sobretudo, à instabilidade financeira da Grécia. O sucessivo adiamento de um acordo com os credores no sentido de concluir o 2º programa de assistência financeira traduziu-se numa deterioração progressiva da confiança naquela economia e num risco crescente da sua saída da Zona Euro. Um acordo para um 3º programa de financiamento seria apenas alcançado em Julho, depois do encerramento do sector bancário e da imposição de controlos de capitais se terem traduzido numa rápida deterioração da atividade económica. Apesar de os efeitos de contágio sobre as restantes economias da periferia se terem revelado muito moderados, a crise financeira grega alimentou a aversão ao risco e a volatilidade nos mercados financeiros. Os principais índices acionistas da Zona Euro registaram quedas significativas no 2º trimestre, com destaque para os recuos de 8,5% no *DAX*, 4,8% no *CAC 40*, 6,5% no *IBEX* e 6,98% no *PSI-20*.

Para além da crise da Grécia, a aversão ao risco e a volatilidade observadas no 2º trimestre de 2015 resultaram também de um movimento significativo de subida das *yields* das obrigações das economias core, particularmente dos *Bunds* alemães. Depois de um período de descida entre Janeiro e meados de Abril, de 0,52% para 0,049%, associado à expectativa de continuação de uma política monetária fortemente expansionista, a *yield* dos *Bunds* a 10 anos registou dois movimentos fortes e rápidos de subida. O primeiro no início de Maio, para 0,78%, e o segundo em meados de Junho, para um máximo anual de 1,057%, antes de encerrar o trimestre em 0,76%. No contexto de um ajustamento em alta das expectativas de crescimento e de inflação na Zona Euro, estes movimentos resultaram de uma reversão abrupta de um *over-crowded trade* em títulos de maturidades longas, com o desfazer de posições de investidores, até aí consensualmente apostados numa descida das *yields* na Zona Euro. A evolução dos títulos de dívida da periferia foi condicionada pelo comportamento dos *Bunds* e pelo efeito de contágio da crise grega. Depois de um mínimo de 1,509% em meados de Março, a *yield* das OTs portuguesas a 10 anos subiu para um máximo anual de 3,39% em meados de Junho, encerrando o trimestre em 3% (e prolongando a queda em Julho, para valores em torno de 2,56%).

O BCE manteve a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 0,05% e iniciou, em Março, um programa de aquisição de títulos de dívida do sector público, com um target mensal de EUR 60 mil milhões. Ao mesmo tempo, e com a inflação homóloga a manter-se em níveis baixos (subida de -0,6%, em Janeiro, para 0,2% em Junho), o BCE afirmou-se disponível para responder a uma eventual deterioração do *outlook* para a estabilidade dos preços com todos os instrumentos disponíveis. No mercado monetário, a *Euribor* a 3 meses desceu de 0,078% para -0,014% no 1º semestre (-0,019% em meados de Julho). Neste contexto, e não obstante uma volatilidade elevada durante este período, o euro registou uma depreciação de 7,8% face ao dólar no 1º semestre, para *EUR/USD* 1,1153 (10,2% até meados de Julho, para *EUR/USD* 1,086).

Nos EUA, a atividade económica ficou aquém do esperado no 1º trimestre, penalizada por alguns fatores temporários (e.g. condições climáticas adversas), pelo impacto negativo da apreciação do dólar e pela quebra da atividade na indústria extrativa. O PIB recuou 0,2% em termos anualizados e, com a inflação e as expectativas de inflação a manterem-se muito contidas, a *yield* dos *Treasuries* a

10 anos recuou de 2,17% para 1,92%. A economia americana revelou sinais de recuperação ao longo do 2º trimestre, suportada pela reversão daqueles fatores temporários, por melhorias nos mercados de trabalho e da habitação, por uma política orçamental menos restritiva e por condições de financiamento mais favoráveis, associadas à manutenção de uma política monetária fortemente expansionista. A taxa de desemprego desceu de 5,7% para 5,3% da população ativa no 1º semestre, aproximando-se do seu nível de longo prazo. A expectativa crescente de uma mudança de ciclo na política monetária – com uma primeira subida da *target rate* dos *fed funds* esperada entre Setembro e Dezembro de 2015 – contribuiu para uma subida da *yield* dos *Treasuries* a 10 anos, para 2,354%. O PIB deverá ter crescido em torno de 2,8%, em termos anualizados, entre Abril e Junho. A apreciação do dólar, a descida do preço do petróleo (afetando o sector extrativo) e a incerteza em torno da Grécia penalizaram os principais índices acionistas, registando-se quedas de 0,88% no *Dow Jones* e de 0,23% no S&P 500, no 2º trimestre. O *Nasdaq* subiu 1,75%.

Depois de um registo de 7,4% em 2014, o PIB da China cresceu 7%, em termos homólogos, no 1º e no 2º trimestres de 2015, com sinais de estabilização no crescimento no 2º trimestre, em resultado de novos estímulos de política económica. Os estímulos ao crédito e a conjuntura de ampla liquidez contribuíram para uma forte valorização do mercado acionista, com o índice *Shanghai Composite* a subir 60% entre Janeiro e meados de Junho, altura em que iniciou uma forte correção até meados de Julho (-20,2% desde o máximo anual). No Brasil, a atividade contraiu-se, em termos homólogos, na 1ª metade do ano (-1,6% no 2º trimestre). Com a inflação a manter-se acima das metas (8,9% homóloga em Junho), o Banco Central elevou a taxa de juro *SELIC* em 175 bps neste período, para 13,75%. Em conjunto com um ambiente de alguma incerteza política, o quadro económico desfavorável contribuiu para um recuo de 0,16% no índice *Bovespa* no 2º trimestre. O preço do petróleo exibiu uma volatilidade relativamente elevada no 1º semestre de 2015. O Brent atingiu um máximo anual de *USD* 71,4/barril no início de Maio (*USD* 55,8 no final de 2014), a partir do qual iniciou uma tendência de descida, sustentada em parte pela apreciação do dólar. No final de Junho, o barril de Brent atingiu *USD* 62,7 (prossequindo a descida em Julho, para valores próximos de *USD* 56/barril).

A economia portuguesa beneficiou da conjuntura mais favorável na economia europeia, sendo visível uma recuperação das exportações de bens e serviços para a Zona Euro e para o Reino Unido, que compensou a queda das exportações para Angola (penalizadas pelo impacto negativo da queda do preço do petróleo nesta economia). Em particular, as empresas portuguesas beneficiaram da recuperação da economia de Espanha, que registou um crescimento trimestral de 1% no 2º trimestre (ou cerca de 4% em termos anualizados). Em Portugal, a atividade no 1º semestre de 2015 assentou ainda numa evolução positiva do consumo e do investimento privados, incluindo uma recuperação da atividade da construção. O *Lending Survey* do Banco de Portugal registou uma ligeira melhoria nas condições de financiamento, incluindo alguns sinais iniciais de recuperação da procura e da oferta no mercado de crédito. Com os sinais favoráveis ao nível da atividade económica e da estabilização financeira, e com um contágio da crise grega muito limitado, em Março a *S&P* reviu em alta o *outlook* para o *rating* soberano de Portugal, de “estável” para “positivo”.

### 1.3.2 - Breve enquadramento do setor Segurador

Com uma amostra de cerca de 99,4% do mercado<sup>1</sup>, o volume de produção agregada do mercado segurador no 1º semestre de 2015 atingiu os 6.767,3 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 4,0% relativamente a igual período de 2014. Este desempenho foi sobretudo consequência da evolução observada no ramo Vida (contratos de investimentos e contratos de seguros), que registou um decréscimo de 6,5% face a igual período do ano anterior (+28,3% em 2014). O ramo Não Vida, registou um acréscimo da sua produção, ainda que de forma moderada, de cerca de 2,7% (-1,0% em 2014), sendo de salientar alguns sinais positivos de recuperação em alguns dos seus mais

<sup>1</sup> Fonte: APS (Dados atualizados a junho 2015)

importantes ramos. O Ramo Não Vida, registou um crescimento no ramo acidentes de trabalho (+7,3%), no ramo Doença, ligado aos seguros de saúde (+6,3%), o ramo Automóvel e o ramo Incêndio e Outros Danos cresceram ligeiramente (1,2% e 0,2% respetivamente).

O Ramo Vida após dois anos consecutivos de forte dinamismo que impulsionaram o setor segurador, com um forte reforço na vertente da poupança durante esse período, apresenta no primeiro semestre de 2015 uma evolução negativa da sua atividade.

A diminuição da produção do ramo Vida, foi influenciado pela redução dos produtos de capitalização, segmento mais expressivo do Ramo, com um decréscimo de 11,1%, o que corresponde a uma redução do volume em 385 milhões de euros.

Milhares de euros	Junho 15	Junho 14	Var.
<b>RAMO VIDA - Seguro Direto</b>	<b>4.794.513</b>	<b>5.128.182</b>	<b>-6,5%</b>
CONTRATOS DE SEGUROS	1.830.290	1.905.446	-3,9%
- Rendas Vitalícias	19.745	17.281	14,3%
- Restantes Produtos Risco	459.218	449.692	2,1%
- Produtos de Capitalização	972.964	1.126.993	-13,7%
- PPR	378.362	311.476	21,5%
- Operações de Capitalização	0	5	-100,0%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	2.964.223	3.222.736	-8,0%
- Produtos de Capitalização	2.116.268	2.346.333	-9,8%
- PPR	836.204	871.668	-4,1%
- Operações de Capitalização	11.751	4.735	148,2%
<b>RAMO NÃO VIDA - Seguro Direto</b>	<b>1.972.768</b>	<b>1.920.951</b>	<b>2,7%</b>
<b>TOTAL DO MERCADO</b>	<b>6.767.281</b>	<b>7.049.133</b>	<b>-4,0%</b>

Por segmento de produtos, observam-se os crescimentos em todos os segmentos de produtos, com exceção nos produtos de Capitalização, que penalizou a performance deste ramo, contribuindo decisivamente para a diminuição do volume de produção do ramo Vida (-6,5%).

Milhares de euros	Junho 15	Junho 14	Var.
<b>RAMO VIDA - Seguro Direto</b>	<b>4.794.513</b>	<b>5.128.182</b>	<b>-6,5%</b>
PRODUTOS DE RISCO	478.964	466.972	2,6%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	3.089.232	3.473.326	-11,1%
PPR	1.214.566	1.183.144	2,7%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	11.751	4.739	148,0%
<b>RAMO NÃO VIDA - Seguro Direto</b>	<b>1.972.768</b>	<b>1.920.951</b>	<b>2,7%</b>
<b>TOTAL DO MERCADO</b>	<b>6.767.281</b>	<b>7.049.133</b>	<b>-4,0%</b>

Nos custos com sinistros do Ramo Vida, em junho de 2015 verificou-se um acréscimo na ordem dos 19,2%. No Ramo Não Vida, em junho de 2015 o acréscimo foi mais ligeiro face ao período homólogo de 2014, de 2,1%.

Em relação às Provisões Matemáticas do Ramo Vida, que regista o montante em stock gerido pelas Companhias de Vida, verifica-se um decréscimo face ao período homólogo de 0,1%, para um volume total a junho de 2015, de cerca de 42.160 milhões de euros sob gestão.

## 1.4 - A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida

### Aspetos relevantes da atividade e resultados

No dia 3 de Agosto de 2014 por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal tomada em reunião extraordinária, foi constituído o Novo Banco S.A. nos termos do nº 5 do art. 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo D.L. n.º 298/92, de 31 de Dezembro, para o qual foram transferidos determinados ativos e passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, S.A.. A Companhia constituiu um dos ativos que foram transferidos para o Novo Banco S.A..

Na sequência dos factos acima mencionados dada a integração da Companhia no Grupo Novo Banco, em Dezembro de 2014, a mesma procedeu à alteração da sua denominação social, adotando a designação de GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Os acontecimentos no Banco ocorridos no ao anterior, único canal de distribuição da Companhia, afetaram de forma inevitável os níveis de atividade da Seguradora, reduzindo os seus níveis de produção (-79,2% face a junho de 2014), bem como pelo incremento nos níveis de reembolsos e resgates (+152,2% face a junho de 2014).

Apesar do cenário em que a Companhia opera a performance obtida é bastante positiva, tendo a Companhia apresentando um resultado líquido consolidado de 84,3 milhões de euros (+6,5%), resultante sobretudo do contributo da atividade financeira.

Neste contexto, o volume da produção da GNB Seguros Vida no 1º semestre de 2015, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a cerca de 239,3 milhões de euros (um decréscimo de 79,1% face ao período homólogo do ano anterior).

Milhares de euros	Junho 15	Junho 14	Var.
<b>TOTAL GNB SEGUROS VIDA - Seguro Direto</b>	<b>239.305</b>	<b>1.146.304</b>	<b>-79,1%</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>238.321</b>	<b>1.145.338</b>	<b>-79,2%</b>
CONTRATOS DE SEGUROS	41.991	106.004	-60,4%
- Rendas Vitalícias	124	0	100,0%
- Restantes Produtos Risco	28.901	30.010	-3,7%
- Produtos de Capitalização	3.683	26.774	-86,2%
- PPR	9.284	49.220	-81,1%
- Operações de Capitalização	0	0	0,0%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	196.329	1.039.334	-81,1%
- Produtos de Capitalização	170.798	573.926	-70,2%
- PPR	25.531	465.408	-94,5%
- Operações de Capitalização	0	0	0,0%
ESPANHA	984	966	1,9%
CONTRATOS DE SEGUROS	984	966	1,9%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	0	0	0,0%

Milhares de euros	Junho 15	Junho 14	Var.
<b>TOTAL GNB SEGUROS VIDA - Seguro Direto</b>	<b>239.305</b>	<b>1.146.304</b>	<b>-79,1%</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>238.321</b>	<b>1.145.338</b>	<b>-79,2%</b>
PRODUTOS DE RISCO	29.025	30.010	-3,3%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	174.481	600.699	-71,0%
PPR	34.815	514.628	-93,2%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	0	0	0,0%
<b>ESPANHA</b>	<b>984</b>	<b>966</b>	<b>1,9%</b>

Em Portugal, a evolução registada na produção da GNB Seguros Vida é a que se segue:

- Nos PPR's, a produção alcançou os 34,8 milhões de euros, com um decréscimo significativo de 93,2%. É de salientar a redução da quota de mercado para os 2,8% neste tipo de produtos, no final de Junho de 2015 (43,5% em junho de 2014).
- Os produtos de Capitalização, registaram um decréscimo face a 2014, na ordem dos 426 milhões de euros, representativo de um decréscimo de 71,0%.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 29,0 milhões de euros, apresentam um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (3,3%), ainda assim, inferior ao aumento registado pelo mercado, que apresentou um acréscimo de 0,4%.

A sucursal de Madrid contribuiu com uma produção de cerca de 1 milhão de euros (+1,9% que em Junho de 2014).

É de realçar o crescimento significativo no volume de indemnizações, principalmente, no acréscimo registado nos resgates de produtos financeiros, ainda que longe dos registos verificados nos momentos logo após a medida de resolução ocorrida no ano anterior.

Neste sentido, os custos com sinistros liquidados de resseguro, apresentam um agravamento na ordem dos 52,8%, com um valor de 146 milhões de euros registados no 1º semestre de 2015 (face aos 96 milhões de euros registados em igual período de 2014).

As provisões técnicas de seguro direto diminuíram o seu montante este semestre em 3,9%, de 1.461 milhões de euros em dezembro de 2014 para 1.404 milhões de euros em junho de 2015. Com um comportamento no mesmo sentido, mas mais acentuado, os passivos por contratos de investimento viram decrescer o seu volume em 18,7%, passando de 5.511 milhões de euros apresentados em Dezembro de 2014 para 4.154 milhões de euros verificados em Junho de 2015, verificando-se assim uma diminuição do volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2015.

Para o Ativo, a Liquidez, Investimentos e Outros Ativos Tangíveis contribuíram com um decréscimo de 16,0% (7.607 milhões de euros em Dezembro de 2014 para os atuais 6.386 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos operacionais da GNB Seguros Vida durante os primeiros meses de 2015 diminuíram 22,8%, atingindo um valor de 12,6 milhões de euros, face aos 16,3 milhões de euros registados em igual período de 2014. Desta forma a Companhia continua em linha com a prossecução firme da política do Grupo, de controlo dos seus custos operacionais.

Ao nível do resultado líquido, este passa de 79,2 milhões de euros em junho de 2014, para os atuais 84,3 milhões de euros, representando um aumento de 6,5%.

O capital próprio da Companhia em Junho de 2015 atingiu os 470,5 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 8,9% em relação ao verificado em Dezembro de 2014 (516 milhões de euros).

A Margem de Solvência apresenta, em Junho de 2015, um rácio de cobertura de 254,2% (um excesso de 183 milhões de euros) o que reflete uma melhoria relativamente aos 247,4% apresentados em Dezembro de 2014, consequência sobretudo dos resultados acima referenciados.

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., não tendo sido sujeito a nenhuma revisão limitada por parte de auditores externos.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para o desempenho e resultados obtidos pela GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., durante os primeiros meses do ano.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 10 de Setembro de 2015  
O Conselho de Administração

## 1.5 - Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da GNB Seguros Vida foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

*Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2015, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.*

A declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito “responsáveis do emitente” os titulares deste órgão. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Vogal do Conselho de Administração
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	Vogal do Conselho de Administração
José António Rodrigues Nunes Coelho	Vogal do Conselho de Administração

## **2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos Integrantes**

## 2.1 – Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADAS  
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Junho 2015			Valores em
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Junho 2014
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	5	18.324.554		18.324.554	81.136.586
Prêmios brutos emitidos		42.975.062		42.975.062	106.969.675
Prêmios de resseguro cedido		(24.321.688)		(24.321.688)	(25.588.823)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		(570.907)		(570.907)	(244.266)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		242.087		242.087	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	9.661.396		9.661.396	13.700.668
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(145.963.597)		(145.963.597)	(95.555.180)
Montantes pagos		(150.984.088)		(150.984.088)	(101.768.063)
Montantes brutos		(158.129.599)		(158.129.599)	(110.895.107)
Parte dos resseguradores		7.145.511		7.145.511	9.127.044
Provisão para sinistros (variação)		5.020.491		5.020.491	6.212.883
Montante bruto		4.789.246		4.789.246	5.768.107
Parte dos resseguradores		231.245		231.245	444.776
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(1.040.177)		(1.040.177)	(10.338.929)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	115.972.841		115.972.841	(10.078.171)
Montante bruto		116.856.252		116.856.252	(9.072.019)
Parte dos resseguradores		(883.411)		(883.411)	(1.006.152)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(2.323.296)		(2.323.296)	(1.821.346)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(12.596.335)		(12.596.335)	(16.308.955)
Custos de aquisição		(10.917.853)		(10.917.853)	(12.031.051)
Custos de aquisição diferidos (variação)		9.398		9.398	(78)
Gastos administrativos		(1.532.120)		(1.532.120)	(3.034.870)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(155.760)		(155.760)	(1.242.956)
Rendimentos	12	83.454.906	418.043	83.872.949	130.712.430
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		56.691.797	449.002	57.140.799	83.035.666
Outros		26.763.109	(30.959)	26.732.150	47.676.764
Outros gastos financeiros	13	(5.698.119)	(63.416)	(5.761.535)	(5.878.812)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	80.444.435	1	80.444.436	120.691.279
De ativos disponíveis para venda		130.449.115	1	130.449.116	184.530.396
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(51.107.225)	-	(51.107.225)	(63.839.117)
De outros		1.102.545	-	1.102.545	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(54.797.813)	20.797	(54.777.016)	(25.215.258)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(26.132.726)	20.797	(26.111.929)	(4.838.279)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(28.665.087)	-	(28.665.087)	(20.376.979)
Diferenças de câmbio	18	34.377.016	-	34.377.016	(648.088)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	19	886.218	-	886.218	(36.011.991)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	20	(2.864.946)	-	(2.864.946)	(17.560.876)
De ativos disponíveis para venda		(2.864.946)	-	(2.864.946)	(17.560.876)
De terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	21	(47.808)	-	(47.808)	(173.922)
Outras provisões (variação)		-	-	-	(6.444.036)
Outros rendimentos/gastos	22	-	(1.440.653)	(1.440.653)	50.319
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	23	1.842.534	-	1.842.534	(4.222.890)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSE MINORITÁRIOS</b>		<b>119.631.809</b>	<b>(1.065.228)</b>	<b>118.566.581</b>	<b>116.032.828</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	35	-	(32.290.809)	(32.290.809)	(36.890.696)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	35	-	(1.536.894)	(1.536.894)	29.374
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSE MINORITÁRIOS</b>				<b>84.738.878</b>	<b>79.171.506</b>
Interesses minoritários				(399.414)	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				<b>84.339.464</b>	<b>79.171.506</b>
Resultado por ação básico				1,69	1,58

## 2.2 – Demonstração do Rendimento Integral

**GNB - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DE**  
**30 DE JUNHO 2015 E 30 DE JUNHO DE 2014**

	Notas do Anexo	2015	2014
Resultado líquido do exercício		84.339.464	79.171.506
<b>Varição da reserva de Justo valor</b>			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda	20	2.864.946	(17.560.876)
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda		(146.517.375)	(182.950.514)
Amortização da reserva de ativos financeiros deter até á maturidade	29	282.575	482.531
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Varição do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(39.322.015)	327.434.569
Varição dos impostos correntes e diferidos	35	49.927.212	(38.192.600)
<b>Outras variações de capital próprio</b>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente em capitais próprios	43	2.573.321	1.008.693
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>(45.851.872)</b>	<b>169.393.309</b>

## 2.3 – Demonstração da posição financeira

### GNB - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S. A.

ATIVO CONSOLIDADO  
EM 30 DE JUNHO 2015 E 31 DE DEZEMBRO 2014

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Valores em euros	
		Junho 2015	Dezembro de 2014
<b>ATIVO</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24	343.345.312	388.099.757
Ativos financeiros detidos para negociação	25	14.288.964	9.969.956
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26	1.619.186.752	1.942.476.267
Ativos disponíveis para venda	27	3.785.577.007	3.936.604.627
Empréstimos e contas a receber	28	426.606.737	699.396.712
Outros depósitos		333.900.805	604.977.097
Empréstimos concedidos		92.705.932	94.419.615
Outros		-	-
Investimentos a deter até à maturidade	29	25.402.082	24.682.173
Terrenos e edifícios	30	170.967.888	604.817.841
Terrenos e edifícios de uso próprio		5.287.158	5.339.944
Terrenos e edifícios de rendimento		165.680.730	599.477.897
Outros ativos tangíveis	31	484.113	612.757
Outros ativos intangíveis	32	652.545	763.961
Provisões técnicas de resseguro cedido	33	7.781.266	8.037.646
Provisão para prémios não adquiridos		242.087	-
Provisão matemática do ramo vida		3.980.352	4.863.763
Provisão para sinistros		3.664.037	3.168.850
Provisão para participação nos resultados		(105.210)	5.033
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	-	528.956
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34	27.285.497	65.414.476
Contas a receber por operações de seguro direto		2.699.770	888.351
Contas a receber por outras operações de resseguro		174.903	305.465
Contas a receber por outras operações		24.410.824	64.220.660
Ativos por impostos	35	41.311.042	12.322.215
Ativos por impostos correntes		7.934.967	9.677.272
Ativos por impostos diferidos		33.376.075	2.644.943
Acréscimos e diferimentos	36	1.254.460	1.337.651
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	37	31.455.209	19.385.214
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>6.495.598.874</b>	<b>7.714.450.209</b>

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S. A.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Junho 2015	Dezembro de 2014
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	33	1.403.536.906	1.461.069.542
Provisão para prémios não adquiridos		3.829.370	3.267.899
Provisão matemática do ramo vida		1.349.969.626	1.404.513.960
Provisão para sinistros do ramo vida		25.831.467	30.208.831
Provisão para participação nos resultados		19.632.420	19.845.006
Provisão para compromissos de taxa		4.274.023	3.233.846
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	38	4.154.303.960	5.110.786.071
Outros passivos financeiros	39	333.187.457	485.619.846
Passivos subordinados		90.077.990	90.087.930
Depósitos recebidos de resseguradores		252.584	247.454
Outros		242.856.883	395.284.462
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		165.544	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	40	44.709.266	63.501.135
Contas a pagar por operações de seguro directo		28.046.355	18.698.636
Contas a pagar por outras operações de resseguro		9.522.138	9.746.668
Contas a pagar por outras operações		7.140.773	35.055.831
Passivos por impostos	35	964.108	2.560.239
Passivos por impostos correntes		964.108	1.919.444
Passivos por impostos diferidos		-	640.795
Acréscimos e diferimentos	41	43.104.798	47.217.488
Outras Provisões	42	25.455.265	27.320.241
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>6.005.427.304</b>	<b>7.198.074.562</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	43	50.000.000	50.000.000
Reservas de reavaliação		24.672.014	205.431.529
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		25.066.276	197.062.807
De diferenças de câmbio		(394.262)	8.368.722
Reserva por impostos		(10.247.459)	(60.174.669)
Outras reservas		53.018.857	52.377.888
Resultados transitados		268.740.899	277.275.106
Resultado do exercício		84.339.464	(8.534.207)
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>470.523.775</b>	<b>516.375.647</b>
Interesses minoritários		19.647.795	-
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>490.171.570</b>	<b>516.375.647</b>
<b>TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>6.495.598.874</b>	<b>7.714.450.209</b>

## 2.4 – Demonstração das variações do Capital Próprio

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015, 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 30 DE JUNHO DE 2014

	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transiados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio antes de Interesses minoritários	Interesses minoritários	
				Reserva Legal	Outras reservas				Outros	Total de Capital Próprio e Interesses minoritários
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>50.000.000</b>	<b>25.759.663</b>	<b>(11.358.448)</b>	<b>23.938.922</b>	<b>2.457.042</b>	-	<b>301.701.243</b>	<b>392.498.422</b>	-	<b>392.498.422</b>
Garhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	122.591.733	-	-	-	-	-	122.591.733	-	122.591.733
Garhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.813.977	-	-	-	-	-	4.813.977	-	4.813.977
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(38.192.600)	-	-	-	-	(38.192.600)	-	(38.192.600)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	26.061.078	-	(26.061.078)	-	-	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting e remensurações atuariais)	-	-	-	-	(79.154)	1.087.847	-	1.008.693	-	1.008.693
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	301.701.243	(301.701.243)	-	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	-	<b>127.405.710</b>	<b>(38.192.600)</b>	<b>26.061.078</b>	<b>(79.154)</b>	<b>276.728.012</b>	<b>(301.701.243)</b>	<b>90.221.803</b>	-	<b>90.221.803</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	79.171.506	79.171.506	-	79.171.506
<b>Balanco a 30 de Junho de 2014</b>	<b>50.000.000</b>	<b>153.165.373</b>	<b>(49.551.048)</b>	<b>50.000.000</b>	<b>2.377.888</b>	<b>276.728.012</b>	<b>79.171.506</b>	<b>561.891.731</b>	-	<b>561.891.731</b>
Garhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	56.882.044	-	-	-	-	-	56.882.044	-	56.882.044
Garhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	9.186.158	-	-	-	-	-	9.186.158	-	9.186.158
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(10.623.621)	-	-	-	-	(10.623.621)	-	(10.623.621)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting e remensurações atuariais)	-	(13.802.046)	-	-	-	547.094	-	(13.254.952)	-	(13.254.952)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	-	<b>52.266.156</b>	<b>(10.623.621)</b>	-	-	<b>547.094</b>	-	<b>42.189.629</b>	-	<b>42.189.629</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(87.705.713)	(87.705.713)	-	(87.705.713)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>50.000.000</b>	<b>205.431.529</b>	<b>(60.174.669)</b>	<b>50.000.000</b>	<b>2.377.888</b>	<b>277.275.106</b>	<b>(8.534.207)</b>	<b>516.375.647</b>	-	<b>516.375.647</b>
Garhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(173.928.883)	-	-	-	-	-	(173.928.883)	-	(173.928.883)
Garhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(8.762.984)	-	-	-	-	-	(8.762.984)	-	(8.762.984)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	49.927.210	-	-	-	-	49.927.210	-	49.927.210
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting e remensurações atuariais)	-	1.932.352	-	-	640.969	-	-	2.573.321	-	2.573.321
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	(8.534.207)	8.534.207	-	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	-	<b>(180.759.515)</b>	<b>49.927.210</b>	-	<b>640.969</b>	<b>(8.534.207)</b>	<b>8.534.207</b>	<b>(130.191.336)</b>	-	<b>(130.191.336)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	84.339.464	84.339.464	-	84.339.464
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	19.647.795	19.647.795
<b>Balanco a 30 de Junho de 2015</b>	<b>50.000.000</b>	<b>24.672.014</b>	<b>(10.247.459)</b>	<b>50.000.000</b>	<b>3.018.857</b>	<b>268.740.899</b>	<b>84.339.464</b>	<b>470.523.775</b>	<b>19.647.795</b>	<b>490.171.570</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Ver, adicionalmente, nota 43.

## 2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

### GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO 2015 E DEZEMBRO 2014

	2015	2014
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	54.021.267	166.378.577
Operações de Resseguro	819.654	39.891.017
Operações com contratos de investimento	195.498.054	1.210.012.722
Outras Atividades Operacionais	3.495	5.779
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(162.463.411)	(459.877.649)
Operações de Resseguro	(44.056.637)	(56.658.548)
Operações com contratos de investimento	(1.183.111.507)	(1.459.819.621)
Comissões	(2.177.040)	(27.777.064)
Participação de Resultados	(228.448)	(1.630.626)
Outras Atividades Operacionais	(1.636.383)	(74.678)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.854.614)	(2.361.437)
D Pagamentos a Fornecedores	(6.796.414)	(7.301.077)
E Outros pagamentos e recebimentos	(2.815.444)	(243.416)
F Impostos e Taxas	(22.960.801)	(35.474.129)
G Impostos sobre o rendimento	(5.639.266)	(124.937.525)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	(1.183.397.495)	(759.867.675)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	30.188.889.788	82.712.385.808
Alienação de Imobilizado	-	22.618
Dividendos	1.592.587	4.755.688
Juros	68.507.126	196.715.501
Outros Rendimentos	1.454.006	6.392.064
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(29.119.218.565)	(81.988.545.940)
Aquisição de Imobilizado	(20.889)	(787.836)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(1.238.310)	(2.831.563)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	1.139.965.743	928.106.340
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
K Pagamentos		
Juros sobre Empréstimos	(1.322.693)	(2.810.326)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(1.322.693)	(2.810.326)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(44.754.445)	165.428.339
L Caixa e seus equivalentes no início do exercício	388.099.757	222.671.418
M Caixa e seus equivalentes no final do exercício	343.345.312	388.099.757

## 2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

### NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de Junho de 1993, e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de Janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua atividade em Junho de 1996. Em Agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agricole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A..

Em Maio de 2012 o Banco Espírito Santo, S. A. adquiriu o controlo da Companhia ao Crédit Agricole Assurance, S.A.

Na sequência da deliberação de 03 de Agosto de 2014 do Banco de Portugal, onde foi constituído o Novo Banco, S.A., a Companhia em 18 de Dezembro alterou o seu nome para GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A (“GNB Seguros Vida” ou “Companhia”).

A Companhia emitiu em 2002 dívida subordinada no montante de 90 milhões de euros que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon (ver nota 39).

De acordo com a IFRS 10 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico
ES Short Bond	2014	2014	Luxemburgo	Fundo de Investimento	90,74%
Caravela Defensive Fund	2001	2001	Luxemburgo	Fundo de Investimento	100,00%
Caravela Balanced Fund	2001	2002	Luxemburgo	Fundo de Investimento	54,95%
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	2007	2012	Portugal	Fundo de Investimento	82,79%
FUNGERE - Fundo Gestão Património Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de Investimento	50,59%

### NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da GNB Seguros Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de Junho de 2015 e foram preparadas de acordo com as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras e a Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no

reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 10 de Setembro de 2015.

## **2.2. Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNB Seguros Vida e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis a Companhia referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

### *Subsidiárias*

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária que excedam o valor do interesse não controlado na subsidiária são atribuídas ao Interesse não controlado.

As políticas contábilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas.

#### *Entidades estruturadas*

A Companhia consolida pelo método integral determinadas entidades estruturadas, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Companhia exerce controle sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controle é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10, quando tiver de consolidar ativos ou fundos nas suas demonstrações financeiras, ou seja:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito sobre retornos variáveis resultantes do envolvimento com a investida;
- Possibilidade de utilizar seus poderes sobre a investida de forma a alterar os retornos atribuídos à Companhia.

#### *Saldos e transações eliminadas na consolidação*

SalDOS e transações entre empresas da Companhia, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

#### *Interesses não controlados versus passivos financeiros*

Aquando da consolidação de fundos de investimento imobiliários/mobiliários pela Companhia, a percentagem detida por outros participantes nos respetivos fundos é registada como um passivo financeiro ou como interesses não controlados caso estes detenham ou não um direito atual de resgatar as respetivas unidades de participação. A percentagem detida por participantes (terceiros) é reconhecida como um passivo financeiro, quando existe a obrigação contratual do emitente reembolsar os detentores das unidades de participação, sempre que estes o solicitem (resgates), e reconhecida como interesses não controlados quando não existe esse direito.

### **2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas e quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Segue abaixo tabela resumo do Euro/Dólar para efeitos de conversão cambial

	2015 Cambio		2014 Cambio	
	Final	Médio	Final	Médio
EUR/USD	1,1189	1,115323	1,2141	1,3285

Fonte: BdP

#### 2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

##### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### 2.5. Outros ativos financeiros

##### *Classificação*

A Companhia classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS39:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
  - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
  - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira

de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

#### *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os “Empréstimos concedidos e contas a receber” são mensurados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade.

#### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais

como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

#### *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

A IAS 39 permite que uma entidade transfira “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação” para as carteiras de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” ou para “Investimentos a deter até à maturidade”, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 29.

As transferências de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Empréstimos concedidos e contas a receber” e “Investimentos a deter até à maturidade” são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a Companhia elegeu como critérios de imparidade o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em

instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada aumentando as reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Companhia, ou da contraparte.

### **2.6. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o “*accounting mismatch*” são registados ao justo valor.

### **2.7. Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Números de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **2.8. Propriedades de investimento**

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas". As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

## **2.9. Ativos Intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis GNB Seguros Vida são capitalizados quando:

- (i) a sua conclusão técnica é viável, de modo a que o intangível venha a estar disponível para uso;
- (ii) quando a Gestão tenciona completar o projeto;
- (iii) quando a forma como o intangível vai gerar benefícios económicos futuros seja demonstrável;
- (iv) quando existem recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento e utilização futura do intangível; e
- (v) as despesas incorridas durante a fase de desenvolvimento do intangível forem fiavelmente mensuráveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis são registados como gastos quando incorridos. Tais gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **2.10. Locações**

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – *Locações*. “São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais”.

### *Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

## **2.11. Benefícios concedidos aos empregados**

### *Pensões*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procede à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de emitentes com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano e denominadas na moeda de cálculo das responsabilidades. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento real dos ativos do fundo e os valores incluídos no juro líquido, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio em “de outros rendimentos integrais”.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

#### *Plano de contribuição definida*

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador. Tem capital garantido. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constituiu, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011.

#### *Prémio de permanência*

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

#### *Benefícios de saúde*

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

#### *Distribuição de resultados aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

## **2.12. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente

reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

### **2.13. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

### **2.14. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

## **2.15. Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

## **2.16. Contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

### *Prémios*

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

### *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

### *Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

### *Provisão matemática*

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

#### *Provisão para participação nos resultados atribuída*

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

#### *Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)*

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 33).

#### *Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)*

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

#### *Provisão para prémios não adquiridos*

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

### **2.17. Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio, estando este de acordo com os reportes internos à gestão da Companhia e à tomada de decisão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### **2.18. Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

### **2.19. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **2.20. Ativos não correntes detidos para venda**

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos

exclusivamente com o objetivo da sua venda que se estima realizar nos próximos 12 meses, o ativo se encontrar em condição imediata de venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, aquando do reconhecimento inicial dos ativos não correntes detidos para venda, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

### **NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e a deter até à maturidade**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) *default* no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Impostos sobre os lucros**

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm o direito de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da GNB Seguros Vida e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pela Companhia.

### **3.4. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões, sendo que as variáveis mais sensíveis, no apuramento das responsabilidades com planos de pensões são, entre outras, a taxa de desconto e idade de reforma.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **3.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária**

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística “provisões técnicas”. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia reconhece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

#### **NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS**

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados e *Unit Linked* – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos ativos;
- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal e em Espanha através de uma sucursal. A atividade desenvolvida em Espanha não é significativa e não cumpre os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na IFRS 8, no que respeita à sua divulgação.

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

	2015				
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.361.042	12.963.512	-	-	18.324.554
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	9.661.396	-	9.661.396
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.538.915)	(143.424.682)	-	-	(145.963.597)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.040.519)	342	-	-	(1.040.177)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(325.154)	116.297.995	-	-	115.972.841
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(523.769)	(1.799.527)	-	-	(2.323.296)
Custos e gastos de exploração líquidos	(1.465.031)	(3.991.313)	(7.139.991)	-	(12.596.335)
Rendimentos	1.823.527	20.025.268	61.606.111	418.043	83.872.949
Gastos financeiro	(125.892)	(2.356.393)	(3.279.250)	-	(5.761.535)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	18.635.385	51.915.632	9.830.003	63.416	80.444.436
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.740.342)	(3.317.941)	(48.697.936)	(20.797)	(54.777.016)
Diferenças de câmbio	2.500.976	4.931.276	26.944.764	-	34.377.016
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	886.218	-	886.218
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(726.260)	(1.205.729)	(932.957)	-	(2.864.946)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(47.808)	-	-	-	(47.808)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(1.440.653)	(1.440.653)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação)	-	-	1.827.634	14.900	1.842.534
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSE MINORITÁRIOS</b>	<b>18.787.240</b>	<b>50.038.440</b>	<b>50.705.992</b>	<b>(965.091)</b>	<b>118.566.581</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(32.290.809)	(32.290.809)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	(1.536.894)	(1.536.894)
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSE MINORITÁRIOS</b>	<b>18.787.240</b>	<b>50.038.440</b>	<b>50.705.992</b>	<b>(34.792.794)</b>	<b>84.738.878</b>
Interesses minoritários	-	-	-	(399.414)	(399.414)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>18.787.240</b>	<b>50.038.440</b>	<b>50.705.992</b>	<b>(35.192.208)</b>	<b>84.339.464</b>

  

	2014				
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.138.132	75.998.454	-	-	81.136.586
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	13.700.668	-	13.700.668
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.850.570)	(92.704.610)	-	-	(95.555.180)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2.286.173)	(8.052.756)	-	-	(10.338.929)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(670.052)	(9.408.119)	-	-	(10.078.171)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(854.450)	(966.896)	-	-	(1.821.346)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2.073.855)	(3.562.888)	(10.672.212)	-	(16.308.955)
Rendimentos	9.075.563	23.061.534	98.007.134	568.199	130.712.430
Gastos financeiro	(80.990)	(205.799)	(874.607)	(4.717.416)	(5.878.812)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	26.337.361	29.246.474	65.107.394	50	120.691.279
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(975.385)	(104.944)	(24.154.855)	19.926	(25.215.258)
Diferenças de câmbio	(22.006)	(1.955.054)	1.328.972	-	(648.088)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	(36.011.991)	-	(36.011.991)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(4.370.541)	(6.001.923)	(7.149.266)	(39.146)	(17.560.876)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(173.922)	-	-	-	(173.922)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(6.444.036)	(6.444.036)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	50.319	50.319
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	(1.159.040)	-	(3.063.850)	(4.222.890)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSE MINORITÁRIOS</b>	<b>26.193.112</b>	<b>4.184.432</b>	<b>99.281.237</b>	<b>(13.625.954)</b>	<b>116.032.828</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(36.890.696)	(36.890.696)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	29.374	29.374
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSE MINORITÁRIOS</b>	<b>26.193.112</b>	<b>4.184.432</b>	<b>99.281.237</b>	<b>(50.487.276)</b>	<b>79.171.506</b>
Interesses minoritários	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>26.193.112</b>	<b>4.184.432</b>	<b>99.281.237</b>	<b>(50.487.276)</b>	<b>79.171.506</b>

Demonstração da posição financeira\*

<b>2015</b>					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	( 58.102)	56.166.491	285.020.366	2.216.557	343.345.312
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	( 566.424)	( 527.332)	13.766.628	(1.572.862)	11.100.010
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.011.690	29.559.668	1.585.134.908	480.486	1.619.186.752
Ativos financeiros disponíveis para venda	437.231.482	1.204.546.438	2.141.394.219	2.404.868	3.785.577.007
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.637.272	86.105.845	335.386.246	477.374	426.606.737
Investimentos a deter até à Maturidade	-	25.402.082	-	-	25.402.082
Terrenos e Edifícios	-	34.902.045	120.955.415	15.110.428	170.967.888
<b>PASSIVO</b>					
Provisões Técnicas	46.158.131	1.357.378.775	-	-	1.403.536.906
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	4.154.303.960	-	4.154.303.960
<b>2014</b>					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.668.935	40.492.375	333.471.382	6.467.065	388.099.757
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	( 280.334)	( 878.475)	5.558.625	(1.776.095)	2.623.721
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.802.225	(92.225.122)	2.029.418.728	480.436	1.942.476.267
Ativos financeiros disponíveis para venda	328.155.759	1.232.385.628	2.376.050.108	13.132	3.936.604.627
Empréstimos concedidos e contas a receber	110.508.982	106.459.753	481.946.405	481.572	699.396.712
Investimentos a deter até à Maturidade	-	24.682.173	-	-	24.682.173
Terrenos e Edifícios	-	224.243.547	366.006.367	14.567.927	604.817.841
<b>PASSIVO</b>					
Provisões Técnicas	44.733.071	1.416.336.471	-	-	1.461.069.542
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	5.110.786.071	-	5.110.786.071

\*Apenas as rubricas afetas aos segmentos de negócio.

A afetação dos investimentos e outros ativos e passivos é analisada como segue:

	2015				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos	Não afetos	Total
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	239.052.561	102.637.887	(561.693)	2.216.557	343.345.312
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(527.332)	(572.213)	13.772.417	(1.572.862)	11.100.010
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	29.559.668	103.119.327	1.486.027.271	480.486	1.619.186.752
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.204.546.438	2.570.679.662	7.946.039	2.404.868	3.785.577.007
Empréstimos concedidos e contas a receber	86.105.845	306.471.341	33.552.177	477.374	426.606.737
Investimentos a deter até à Maturidade	25.402.082	-	-	-	25.402.082
Terrenos e Edifícios	34.902.045	-	120.955.415	15.110.428	170.967.888
<b>Total</b>	<b>1.619.041.307</b>	<b>3.082.336.004</b>	<b>1.661.691.626</b>	<b>19.116.851</b>	<b>6.382.185.788</b>
	2014				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos	Não afetos	Total
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	314.739.486	16.715.183	50.178.023	6.467.065	388.099.757
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(1.402.481)	(280.334)	6.082.631	(1.776.095)	2.623.721
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	55.069.991	4.605.116	1.882.320.723	480.437	1.942.476.267
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.720.715.236	178.981.005	36.895.254	13.132	3.936.604.627
Empréstimos concedidos e contas a receber	472.127.675	136.824.443	89.963.022	481.572	699.396.712
Investimentos a deter até à Maturidade	24.682.173	-	-	-	24.682.173
Terrenos e Edifícios	224.243.548	121.819.210	244.187.156	14.567.927	604.817.841
<b>Total</b>	<b>4.810.175.628</b>	<b>458.664.623</b>	<b>2.309.626.809</b>	<b>20.234.038</b>	<b>7.598.701.098</b>

## NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prêmios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2015	2014
Prêmios brutos emitidos	42.975.062	106.969.675
Prêmios de resseguro cedido	(24.321.688)	(25.588.823)
Prêmios líquidos de resseguros	18.653.374	81.380.852
Varição da provisão para prêmios não adquiridos, líquida de resseguro	(570.907)	(244.266)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	242.087	-
<b>Prêmios líquidos de resseguro</b>	<b>18.324.554</b>	<b>81.136.586</b>

Os prêmios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prêmios.

Alguns indicadores relativos aos seguros de vida, podem ser analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tradicionais	29.996.771	30.967.866
Capitalização com participação nos resultados	12.978.291	76.001.809
	<u>42.975.062</u>	<u>106.969.675</u>

A rubrica de prêmios de resseguro cedido incluiu os valores de prêmios de resseguro decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013 (ver Nota 11) e mantendo-se em vigor até à extinção desta carteira.

**NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Comissões de subscrição	52.199	61.100
Comissões de gestão	8.356.008	12.940.875
Comissões de resgate	1.253.189	698.693
	<u>9.661.396</u>	<u>13.700.668</u>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

**NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguro direto		
Montantes pagos	(157.692.286)	(109.746.462)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(437.315)	(1.148.644)
Variação da provisão para sinistros	4.789.248	5.768.106
	<u>(153.340.353)</u>	<u>(105.127.000)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	7.145.511	9.127.045
Variação da provisão para sinistros	231.245	444.775
	<u>7.376.756</u>	<u>9.571.820</u>
	<u>(145.963.597)</u>	<u>(95.555.180)</u>

**NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO**

A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro diz respeito a produtos de Rendas sendo analisada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para compromissos de taxa	(1.040.177)	(10.338.929)

**NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO**

A rubrica “Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro” inclui a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

**NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO**

A rubrica de “Participação nos resultados líquida de resseguro” respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (ver Nota 33).

**NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS**

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(113.627)	(150.071)
Comissões de subscrição	(885.212)	(842.252)
Comissões financeiras	(8.686.813)	(10.478.764)
Outros	(170.948)	(217.055)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(1.061.253)	(342.909)
	<u>(10.917.853)</u>	<u>(12.031.051)</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	9.398	(78)
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(1.532.120)	(3.034.870)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(320.180)	(1.382.654)
Participação nos resultados de resseguro	164.420	139.698
	<u>(1.678.482)</u>	<u>(4.277.904)</u>
	<u><b>(12.596.335)</b></u>	<u><b>(16.308.955)</b></u>

A rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido” inclui valores decorrentes da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013.

## NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	54.369.901	77.746.004
de ativos a deter até à maturidade	437.333	1.078.970
de terrenos e edifícios	1.454.006	1.685.185
de empréstimos concedidos e contas a receber	848.032	2.410.170
de depósitos em instituições de crédito	31.527	115.337
	<u>57.140.799</u>	<u>83.035.666</u>
Rendimentos de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	1.085.265	1.060.762
de ativos ao justo valor através de resultados	25.646.885	46.616.002
	<u>26.732.150</u>	<u>47.676.764</u>
	<u><b>83.872.949</b></u>	<u><b>130.712.430</b></u>

## NOTA 13 - OUTROS GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de “Outros Gastos financeiros” inclui os custos imputados à função investimentos (ver Nota 14).

## NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

No ano de 2014, com o enriquecimento e desagregação de diversos conceitos analíticos presentes na contabilidade, como o Produto, o Projeto e os Imóveis entre outros e com a atualização das estruturas departamentais, foi efetuada uma revisão do processo de distribuição dos custos por natureza às funções.

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custos com sinistros (ver Nota 7)	437.315	1.148.644
Custos de aquisição (ver Nota 11)	1.061.253	342.909
Custos administrativos (ver Nota 11)	1.532.120	3.034.870
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	5.761.534	5.878.812
Outras provisões	-	6.444.037
	<u><b>8.792.222</b></u>	<u><b>16.849.272</b></u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custos com pessoal (i)	2.357.631	2.415.630
Fornecimentos e serviços externos (ii)	2.546.358	2.592.150
Impostos e taxas	205.339	599.546
Amortizações do exercício (ver notas 28, 29 e 30)	318.538	276.921
Outras provisões	(1.118.102)	6.466.391
Juros suportados (iii)	1.315.265	1.661.482
Comissões (iv)	3.167.193	2.837.152
	<u><b>8.792.222</b></u>	<u><b>16.849.272</b></u>

(i) Os “Custos com o pessoal” desagregam-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações dos órgãos sociais	193.948	314.242
Remunerações do pessoal	1.510.838	1.359.456
Encargos sobre remunerações	401.838	446.756
Benefícios pós emprego	110.604	162.942
Seguros obrigatórios	42.997	71.405
Custos de acção social	71.925	7.205
Outros custos com o pessoal	25.481	53.624
	<u><b>2.357.631</b></u>	<u><b>2.415.630</b></u>

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações e outros benefícios	486.129	288.080
Benefícios pós emprego	-	253.125
Remunerações variáveis	(169.343)	26.162
	<u><b>316.786</b></u>	<u><b>567.367</b></u>

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, por categoria profissional, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de colaboradores do quadro permanente da GNB Seguros Vida analisa-se como segue:

	<u>2015</u>
Diretor	8
Técnico	41
Coordenador Operacional	3
Gestor Operacional	8
Especialista Operacional	22
Auxiliar Geral	1
	<u><b>83</b></u>
	<u>2014</u>
Diretor	8
Técnico	42
Coordenador Operacional	3
Gestor Operacional	9
Especialista Operacional	22
Auxiliar Geral	1
	<u><b>85</b></u>

(ii) Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Electricidade	40.740	82.307
Material de escritório	4.588	7.113
Artigos para oferta	126.160	-
Conservação e reparação	766.084	532.952
Rendas e alugueres	147.142	153.115
Despesas de representação	4.216	5.943
Comunicação	205.258	239.933
Deslocações e estadas	12.468	18.699
Seguros	20.141	22.090
Publicidade e propaganda	104.766	119.162
Limpeza, higiene e conforto	54.713	61.146
Vigilância e segurança	75.204	88.768
Trabalhos especializados	743.119	764.911
Serviços prestados	113.190	69.821
Call center	292	45.546
Outros	128.277	380.644
	<u><b>2.546.358</b></u>	<u><b>2.592.150</b></u>

- (iii) As “Outras provisões” no exercício de 2014 incluem provisões para contingências fiscais e uma provisão para contingência legal relativa a um processo na sucursal de Espanha.
- (iv) Os “Juros suportados” dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.
- (v) A rubrica de “Comissões” é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

## NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2014.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa de evolução salarial	0,5% - 1,0% (*)	1% - 2,50% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,5% - 1,0% (*)	0% - 2,50% (*)
Taxas de rendimento do fundo	2,25%	3,75%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1% - 2,50% (*)	1% - 2,50% (*)
Taxa de desconto	2,25%	3,75%
<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001

Método de valorização atuarial

*Project Unit Credit Method*

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades, obrigações essas denominadas na moeda de pagamento dos benefícios do plano.

**NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS**

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	44.193.703	(10.564.940)	33.628.763	182.874.677	(814.442)	182.060.235
De outros emissores	30.326.785	(4.941.279)	25.385.506	1.718.294	(14.413.767)	(12.695.473)
Ações	38.455.627	(2.447.507)	36.008.120	10.988.559	(1.626.991)	9.361.568
Outros títulos de rendimento variável	36.133.164	(706.437)	35.426.727	6.579.041	(774.975)	5.804.066
	<b>149.109.279</b>	<b>(18.660.163)</b>	<b>130.449.116</b>	<b>202.160.571</b>	<b>(17.630.175)</b>	<b>184.530.396</b>

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

Os ganhos líquidos – outros correspondem à atualização o justo valor dos empréstimos concedidos.

**NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS**

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Ativos e passivos detidos para negociação</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	11.575.700	(37.319.779)	(25.744.079)	4.384.689	(7.178.140)	(2.793.451)
Contratos sobre taxas de juro	133.046	-	133.046	-	(190.792)	(190.792)
Contratos sobre acções/índices	45.474.232	(45.916.702)	(442.470)	22.884.312	(25.301.207)	(2.416.895)
Contratos sobre créditos	-	(58.426)	(58.426)	562.859	-	562.859
	<b>57.182.978</b>	<b>(83.294.907)</b>	<b>(26.111.929)</b>	<b>27.831.860</b>	<b>(32.670.139)</b>	<b>(4.838.279)</b>

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1.956.978	(5.874.615)	(3.917.637)	11.863.109	(313.218)	11.549.891
De outros emissores	7.117.113	(9.712.361)	(2.595.248)	33.153.611	(36.699.153)	(3.545.542)
Ações	9.413.245	(5.180.925)	4.232.320	12.492.732	(6.707.195)	5.785.537
Outros títulos de rendimento variável	47.712.297	(18.357.650)	29.354.647	33.347.528	(25.237.266)	8.110.262
	<b>66.199.633</b>	<b>(39.125.551)</b>	<b>27.074.082</b>	<b>90.856.980</b>	<b>(68.956.832)</b>	<b>21.900.148</b>
<b>Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas</b>						
	44.287.070	(100.026.239)	(55.739.169)	21.223.996	(63.501.123)	(42.277.127)
	<b>110.486.703</b>	<b>(139.151.790)</b>	<b>(28.665.087)</b>	<b>112.080.976</b>	<b>(132.457.955)</b>	<b>(20.376.979)</b>

**NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	18.342.762	(2.069.940)
de empréstimos concedidos e contas a receber	(1.018.818)	96.314
de depósitos em instituições de crédito	1.038.621	(747.873)
	<u>18.362.565</u>	<u>(2.721.499)</u>
Diferenças de cambio de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	(41.468)	(1.788)
de ativos ao justo valor através de resultados	16.055.919	2.075.199
	<u>16.014.451</u>	<u>2.073.411</u>
	<u><b>34.377.016</b></u>	<u><b>(648.088)</b></u>

**NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS**

Os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (ver nota 30).

**NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO**

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Ativos disponíveis para venda</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	( 11 300)	(13.171.713)
Ações	( 357 058)	-
Outros títulos de rendimento variável	( 2 496 588)	( 4 389 163)
	<u><b>( 2 864 946)</b></u>	<u><b>( 17 560 876)</b></u>

**NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

Os outros rendimentos e gastos técnicos líquidos de resseguros são analisados da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros ganhos técnicos	70	22.700
Outras perdas técnicas		
Fundos Pensões	(12.500)	(184.238)
Outros	(35.378)	(12.384)
	<u>(47.808)</u>	<u>(173.922)</u>

**NOTA 22 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS**

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prestações de serviços	51.702	(34.786)
Outros proveitos/(custos)	(1.492.355)	85.105
	<u>(1.440.653)</u>	<u>50.319</u>

A rubrica “Prestação de serviços” diz respeito a proveitos gerados pela prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade à T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A rubrica “Outros proveitos/custos” inclui -1.558 milhares de euros relativa a sentença judicial decretada pelo tribunal.

**NOTA 23 - GANHOS E PERDAS DE ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA**

A rubrica de “Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda” inclui o montante de 1.828 milhares de euros relativo a ativos imobiliários incluídos nos FII, geridos por entidades do grupo Novo Banco, na sequência de avaliações independentes determinadas pelo Banco de Portugal.

**NOTA 24 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	406	634
Depósitos à ordem	343.344.906	388.099.123
	<u>343.345.312</u>	<u>388.099.757</u>

**NOTA 25 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 são analisados da seguinte forma:

	2015			2014	
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Justo Valor
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>					
Forward					
Compra	74.120.409	3.901	(117.095)	(113.194)	393.630.267
Vendas	691.428.548	3.600.625	(578.779)	3.021.846	388.309.351
	<u>765.548.957</u>	<u>3.604.526</u>	<u>(695.874)</u>	<u>2.908.652</u>	<u>781.939.618</u>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>					
Interest Rate Swaps	82.950.706	-	(1.880.563)	(1.880.563)	83.314.820
Swaption - Interest Rate Options	-	-	-	-	-
	<u>82.950.706</u>	<u>-</u>	<u>(1.880.563)</u>	<u>(1.880.563)</u>	<u>83.314.820</u>
<b>Contratos sobre ações/índices</b>					
Equity/Index Swaps	-	-	-	-	-
Equity/Index Options	26.408.379	212.265	(5.058)	207.207	22.523.218
Equity/Index Futures	34.955.844	-	-	-	55.852.114
	<u>61.364.223</u>	<u>212.265</u>	<u>(5.058)</u>	<u>207.207</u>	<u>78.375.332</u>
<b>Contratos sobre créditos</b>					
Créditos Default Swaps	84.037.547	10.472.173	(607.459)	9.864.714	81.368.612
	<u>84.037.547</u>	<u>10.472.173</u>	<u>(607.459)</u>	<u>9.864.714</u>	<u>81.368.612</u>
	<b><u>993.901.433</u></b>	<b><u>14.288.964</u></b>	<b><u>(3.188.954)</u></b>	<b><u>11.100.010</u></b>	<b><u>1.024.998.382</u></b>
					<b><u>2.623.721</u></b>

A Companhia optou por registar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica "Outros passivos financeiros" (ver nota 39).

A variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontra-se explicada na nota 17.

**NOTA 26 - ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	171.388.781	233.616.519
De outros emissores	577.284.380	740.565.525
Ações	805.129.737	115.871.877
Outros títulos de rendimento variável	65.383.854	852.422.346
Valor de balanço	<u>1.619.186.752</u>	<u>1.942.476.267</u>
Valor de aquisição	<u>1.577.774.231</u>	<u>2.056.963.810</u>

**NOTA 27 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	Custo Amortizado <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.967.919.714	145.972.409	(190.518)	-	2.113.701.605	26.312.668	2.140.014.273
De outros emissores	1.037.714.329	51.927.974	(10.842.041)	(13.494.460)	1.065.305.802	12.224.933	1.077.530.735
Ações	181.843.119	27.171.987	(2.839.762)	(2.107.313)	204.068.031	-	204.068.031
Outros títulos de rendimento variável	597.099.437	13.515.644	(5.482.118)	(90.141.375)	514.991.588	-	514.991.588
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>3.784.576.599</b>	<b>238.588.014</b>	<b>(19.354.439)</b>	<b>(105.743.148)</b>	<b>3.898.067.026</b>	<b>38.537.601</b>	<b>3.936.604.627</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	2.036.444.306	69.294.278	(21.703.810)	-	2.084.034.774	22.969.604	2.107.004.378
De outros emissores	1.026.633.704	21.104.574	(17.378.483)	(13.505.760)	1.016.854.035	9.806.175	1.026.660.210
Ações	116.417.534	5.946.165	(7.530.963)	(640.079)	114.192.657	-	114.192.657
Outros títulos de rendimento variável	682.384.145	3.970.977	(17.161.030)	(131.474.330)	537.719.762	-	537.719.762
<b>Saldo em 30 de Junho de 2015</b>	<b>3.861.879.689</b>	<b>100.315.994</b>	<b>(63.774.286)</b>	<b>(145.620.169)</b>	<b>3.752.801.228</b>	<b>32.775.779</b>	<b>3.785.577.007</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável  
(2) Ver adicionalmente a nota 20

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>498.115</b>
Dotações do exercício	105.615.362
Vendas no exercício	(370.329)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>105.743.148</b>
Dotações do exercício	2.864.946
Vendas no exercício	37.012.075
<b>Saldo em 30 de Junho de 2015</b>	<b>145.620.169</b>

**NOTA 28 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER**

A rubrica de “Outros depósitos” é analisada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos a prazo - Capital	325.858.926	595.703.768
Depósitos a prazo - Juro decorrido	276.815	254.863
Outros depósitos - Capital	7.765.064	9.018.466
	<u>333.900.805</u>	<u>604.977.097</u>

A rubrica de “Empréstimos concedidos” inclui em 30 de Junho 2015 o montante de 92.628 milhares de euros de empréstimos através do Fundo Lusitano Project Finance nº 1 FTC (2014: 94.337 milhares de euros).

## NOTA 29 - INVESTIMENTOS A DETERMINADOS ATÉ À MATURIDADE

Com referência a 1 de Janeiro de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 256 milhões de euros de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para “Investimentos detidos até à maturidade”.

Relativamente aos ativos ainda em carteira em 30 de Junho de 2015 esta transferência é analisada como segue:

	Valor de aquisição	Valor de balanço	Na data de transferência		Valor dos cash flows futuros <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva (b)	Valor de mercado em Junho de 2015	Reserva de justo valor a 30.06.2015 (c)
			Reserva de justo valor					
			Positiva	Negativa				
De Ativos financeiros disponíveis para venda	25.069.241	22.604.178	-	(2.465.063)	29.187.500	3,3500%	25.824.486	(173.186)

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

(c) O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2015 foi de (282.575,63).

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de “Investimentos a deter até à maturidade” é analisada como segue:

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	25.402.082	24.682.173

## NOTA 30 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 na rubrica de terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	2014	Aquisições	Alienações	Transferência para ativos não correntes detidos para venda	Benefeitorias	Depreciações	Imparidades/Valias Potenciais	2015
De uso próprio	5.339.944	-	-	-	-	(52.786)	-	5.287.158
De rendimento	599.477.897	-	(433.841.685)	(841.700)	-	-	886.218	165.680.730
	<b>604.817.841</b>	<b>-</b>	<b>(433.841.685)</b>	<b>(841.700)</b>	<b>-</b>	<b>(52.786)</b>	<b>886.218</b>	<b>170.967.888</b>
	2013	Aquisições	Alienações	Transferência	Benefeitorias	Depreciações	Imparidades/Valias Potenciais	2014
De uso próprio	6.238.601	-	-	-	-	(105.572)	(793.085)	5.339.944
De rendimento	814.270.871	141.802.837	(261.976.564)	(10.331.490)	118.354	-	(84.406.111)	599.477.897
	<b>820.509.472</b>	<b>141.802.837</b>	<b>(261.976.564)</b>	<b>(10.331.490)</b>	<b>118.354</b>	<b>(105.572)</b>	<b>(85.199.196)</b>	<b>604.817.841</b>

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados anualmente por peritos independentes. Em 2014, o resultado das avaliações foi negativo no montante de 85.199 milhares de euros, tendo sido reconhecido nos resultados do exercício (ver nota 19).

Relativamente aos imóveis com obras em curso, é efetuada pela entidade gestora do parque imobiliário da Companhia uma análise com o objetivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos Métodos comparativo, rendimento e custo. Para as propriedades de investimento foram utilizados, preferencialmente, os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e yields de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada ativo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de ativo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfaseamento face à renda de mercado.

Os custos suportados relativos a imóveis de rendimento ascenderam a 176 milhares de Euros, sendo o rendimento de rendas de 1.454 milhares de Euros (ver nota 12).

Em 2014 estão incluídos em imparidade, o montante de 44.810 milhares de euros relativos a ativos imobiliários incluídos nos FII geridos por entidades do grupo Novo Banco, na sequência de avaliações independentes determinadas pelo Banco de Portugal.

### NOTA 31 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	4.371.647	4.371.647
Mobiliário e material	668.644	668.644
Instalações interiores	2.022.966	2.022.966
Máquinas e ferramentas	426.108	426.108
Material de transporte	44.769	44.769
Outros	271.002	271.002
	<u>7.805.136</u>	<u>7.805.136</u>
Depreciação acumulada	(7.321.023)	(7.192.379)
	<u>484.113</u>	<u>612.757</u>

Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

<b>Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>774.745</b>
Adições	105.082
Depreciações do exercício	(267.070)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>612.757</b>
Depreciações do exercício	(128.644)
<b>Saldo líquido a 31 de Junho de 2015</b>	<b>484.113</b>

### NOTA 32 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Software	9.862.961	9.837.267
Amortizações acumuladas	(9.210.416)	(9.073.305)
	<u>652.545</u>	<u>763.962</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

<b>Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>734.567</b>
Adições	601.199
Reclassificação	(295.994)
Amortizações do exercício	(275.810)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>763.962</b>
Adições	25.694
Amortizações do exercício	(137.111)
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2015</b>	<b>652.545</b>

**NOTA 33 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO**

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

	2015			2014		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3.829.370	(242.087)	3.587.283	3.267.899	-	3.267.899
Provisão matemática do ramo vida (i)	1.349.969.626	(3.980.352)	1.345.989.274	1.404.513.959	(4.863.764)	1.399.650.195
Provisão para sinistros (ii)	25.831.467	(3.664.037)	22.167.430	30.208.831	(3.168.849)	27.039.982
Provisão para participação nos resultados (iii)	19.632.420	105.210	19.737.630	19.845.006	(5.033)	19.839.973
Provisão para compromissos de taxa	4.274.023	-	4.274.023	3.233.846	-	3.233.846
	<b>1.403.536.906</b>	<b>(7.781.266)</b>	<b>1.395.755.640</b>	<b>1.461.069.541</b>	<b>(8.037.646)</b>	<b>1.453.031.895</b>

(i) A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	2015			2014		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionalis	25.076.383	(3.980.352)	21.096.031	25.615.392	(4.863.764)	20.751.628
Capitalização com participação nos resultados	1.324.893.534	-	1.324.893.534	1.378.898.895	-	1.378.898.895
	<b>1.349.969.917</b>	<b>(3.980.352)</b>	<b>1.345.989.565</b>	<b>1.404.514.287</b>	<b>(4.863.764)</b>	<b>1.399.650.523</b>
Custos de aquisição diferidos	(291)	-	(291)	(328)	-	(328)
	<b>1.349.969.626</b>	<b>(3.980.352)</b>	<b>1.345.989.274</b>	<b>1.404.513.959</b>	<b>(4.863.764)</b>	<b>1.399.650.195</b>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 39).

(ii) A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	2015			2014		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionalis	10.784.866	(3.664.037)	7.120.829	10.305.541	(3.168.849)	7.136.692
Capitalização com participação nos resultados	15.046.601	-	15.046.601	19.903.290	-	19.903.290
	<b>25.831.467</b>	<b>(3.664.037)</b>	<b>22.167.430</b>	<b>30.208.831</b>	<b>(3.168.849)</b>	<b>27.039.982</b>

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 624 milhares de euros (2014: 581 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de Junho de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, são apresentados como segue:

<b>Saldo a 1 de Janeiro 2014</b>	<b>37.538.089</b>
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	456.552.095
Anos anteriores	5.346.249
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(442.516.668)
Anos anteriores	(26.710.934)
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>30.208.831</b>
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	144.533.382
Anos anteriores	8.260.216
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(140.236.052)
Anos anteriores	(16.934.910)
<b>Saldo a 30 de Junho 2015</b>	<b>25.831.467</b>

- (iii) A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite para os exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisada como segue:

<b>Saldo a 1 de Janeiro 2014</b>	<b>6.013.101</b>
Montantes pagos	(1.630.626)
Participação nos resultados atribuída	1.660.485
Participação nos resultados a atribuir	13.802.046
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>19.845.006</b>
Montantes pagos	(603.530)
Participação nos resultados atribuída	2.323.296
Participação nos resultados a atribuir	(1.932.352)
<b>Saldo a 30 de Junho 2015</b>	<b>19.632.420</b>

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expetável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de Junho de 2015 o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é de -11.870 milhares de euros, tendo sido -13.802 milhares de euros em 2014.

Em 31 de Dezembro de 2014, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.16).

**NOTA 34 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
<b>Contas a receber por operações de seguro direto (i)</b>		
Tomadores de seguro	2.678.911	565.282
Mediadores	56.874	392.681
	<u>2.735.785</u>	<u>957.963</u>
<b>Contas a receber por operações de resseguro (ii)</b>		
Resseguradores	174.903	305.464
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Empresas relacionadas	1.706.943	79.808
Imposto a recuperar	16.234.385	16.234.385
Outros devedores	6.469.499	47.906.466
	<u>24.410.827</u>	<u>64.220.659</u>
	<u>27.321.515</u>	<u>65.484.086</u>
<b>Ajustamentos de recibos por cobrar</b>	(36.018)	(69.610)
	<u><b>27.285.497</b></u>	<u><b>65.414.476</b></u>

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

O montante de 16.234 milhares de euros registados na rubrica de “impostos a recuperar” diz respeito a valores pagos e impugnados judicialmente relativos à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados “*Unit linked*”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora.

Este montante encontra-se incluído na provisão para contingências fiscais cujo total é de 23.713 milhares de euros (ver nota 42).

A variação dos ajustamentos de recibos por cobrar é analisada como segue:

<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>60.258</b>
Dotações/(utilizações)	9.352
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>69.610</b>
Dotações/(utilizações)	(33.592)
<b>Saldo a 30 de Junho 2015</b>	<b>36.018</b>

**NOTA 35 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS**

O cálculo do imposto corrente dos primeiros seis meses do exercício de 2015 e do exercício de 2014 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 7%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2015	2014	2015	2014
Impostos sobre rendimentos	7.794.555	9.607.460	-	-
Outros impostos e taxas	140.412	69.811	964.108	1.919.444
<b>Total</b>	<b>7.934.967</b>	<b>9.677.271</b>	<b>964.108</b>	<b>1.919.444</b>

Os movimentos da rubrica “Ativos - impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>8.872.833</b>
Compensação com passivo	(8.755.963)
Pagamentos efectuados	9.490.590
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>9.607.460</b>
Compensação com passivo	(26.670.026)
Montantes registados nas reservas	18.126.841
Pagamentos efectuados	6.730.280
<b>Saldo a 30 de Junho 2015</b>	<b>7.794.555</b>

Os movimentos da rubrica “Passivos - impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>(72.430.910)</b>
Compensação com ativo	8.755.963
Montantes registados nos resultados	(45.346.103)
Montantes registados nas reservas	(15.916.475)
Pagamentos efectuados	124.937.525
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>-</b>
Compensação com ativo	26.670.026
Montantes registados nos resultados	(32.290.809)
Excesso/Insuficiência	5.620.783
<b>Saldo a 30 de Junho 2015</b>	<b>-</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos primeiros seis meses do exercício de 2015 e no exercício de 2014 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Imóveis	-	-	(57.423)	(57.423)	(57.423)	(57.423)
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
Pensões	999.157	1.520.014	-	-	999.157	1.520.014
Investimentos Financeiros	38.298.420	38.982.021	(6.495.840)	(38.440.464)	31.802.580	541.557
Outros	631.762	-	-	-	631.762	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>39.929.339</b>	<b>40.502.035</b>	<b>(6.553.263)</b>	<b>(38.497.887)</b>	<b>33.376.076</b>	<b>2.004.148</b>
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(6.553.264)	(37.857.092)	6.553.263	37.857.092	(1)	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>33.376.075</b>	<b>2.644.943</b>	<b>-</b>	<b>(640.795)</b>	<b>33.376.076</b>	<b>2.004.148</b>

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 27%.

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2015	2014
Diferenças temporárias	33.376.076	2.004.148

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

	2015	2014
Reconhecido nos resultados	(1.536.894)	29.374
Reconhecido nas reservas de justo valor	31.800.369	(22.043.516)
Reconhecido nos resultados transitados	1.108.453	(202.350)
	<b>31.371.928</b>	<b>(22.216.492)</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015			2014		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido nos resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido nos resultados transitados
Ativos financeiros	(558.273)	31.800.369	1.108.453	277.651	(22.043.516)	(202.350)
Pensões	116.614	-	-	(73.627)	-	-
Outros	(1.095.234)	-	-	(174.650)	-	-
	<b>(1.536.893)</b>	<b>31.800.369</b>	<b>1.108.453</b>	<b>29.374</b>	<b>(22.043.516)</b>	<b>(202.350)</b>

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015	2014
<b>Imposto corrente</b>	<b>(32.290.809)</b>	<b>(36.890.696)</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(1.536.894)	29.374
	<b>(1.536.894)</b>	<b>29.374</b>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>(33.827.703)</b>	<b>(36.861.322)</b>

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015	2014
<b>Imposto corrente</b>	<b>18.126.841</b>	<b>(16.149.084)</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Reserva de justo valor	31.800.369	(33.344.077)
<b>Total do imposto registado em reservas</b>	<b>49.927.210</b>	<b>(49.493.161)</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2015		2014	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>118.566.581</b>		<b>116.032.828</b>
Taxa de imposto estatutária	28,0%		30,8%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(33.198.643)		(35.711.476)
Provisões para impostos		137.616		(1.993.325)
Diferenças temporárias		(502.868)		-
Dividendos excluídos de tributação		415.936		537.580
Derrama		(706.754)		361.488
Tributações autónomas		(57.202)		(55.590)
Outros		84.212		1
		<b>(33.827.703)</b>		<b>(36.861.322)</b>

**NOTA 36 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros acréscimos de proveitos	245.386	261.003
Gastos diferidos	1.009.074	1.076.648
<b>Total</b>	<b><u>1.254.460</u></b>	<b><u>1.337.651</u></b>

A rubrica Outros acréscimos de proveitos corresponde a valores a receber da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., relativamente à prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade prestados pela GNB Seguros Vida.

Os custos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de um produto.

**NOTA 37 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS**

A movimentação desta rubrica em 30 de Junho de 2015 é analisado como segue:

	<u>2014</u>	<u>Transferencia para ativos não correntes detidos para venda</u>	<u>Alienações</u>	<u>Valias Potenciais</u>	<u>2015</u>
Ativos não correntes detidos para venda					
Terrenos e edifícios de rendimento	723.100	841.700	(80.700)	-	1.484.100
Partes de capital	18.662.114	-	(4.783.114)	16.092.109	29.971.109
	<b><u>19 385 214</u></b>	<b><u>841 700</u></b>	<b><u>(4 863 814)</u></b>	<b><u>16 092 109</u></b>	<b><u>31 455 209</u></b>

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, (i) os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a empresas cujo controlo pertence à Companhia mas que foram adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo ou construídos para venda e (ii) imóveis de rendimento tendo sido decidida a sua venda no curto prazo como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PORTUCALE - CAPITAL	29.971.109	13.879.000
AUTODRIL - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	3.294.001
Ribagolfe - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	1.489.113
Alhos Vedros	46.300	46.300
Setúbal	75.000	75.000
Mafra	-	80.700
Santarém	387.500	387.500
Barreiro	133.600	133.600
Estrada de São Brás - Loulé	60.800	-
Rua Timor - Braga	80.900	-
AV <sup>a</sup> Luís Bivar - Lisboa	700.000	-
	<b><u>31.455.209</u></b>	<b><u>19.385.214</u></b>

A Companhia tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda.

**NOTA 38 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO**

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contratos de taxa fixa	2.544.154.968	2.839.188.222
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.610.148.994	2.271.597.849
<b>Total</b>	<b><u>4.154.303.962</u></b>	<b><u>5.110.786.071</u></b>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

<b>Saldo em 1 de Janeiro 2014</b>	<b>2.517.966.783</b>
Depósitos recebidos	776.382.954
Benefícios pagos	(563.673.944)
Juro técnico do exercício	117.848.899
Custos de aquisição diferidos IAS39	(9.336.470)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b><u>2.839.188.222</u></b>
Depósitos recebidos	93.803.938
Benefícios pagos	(375.641.298)
Reclassificações para IFRS4	(62.664.490)
Juro técnico do exercício	48.141.299
Custos de aquisição diferidos IAS39	1.327.297
<b>Saldo a 30 de Junho de 2015</b>	<b><u>2.544.154.968</u></b>

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

<b>Saldo em 1 de Janeiro 2014</b>	<b>2.854.356.842</b>
Depósitos recebidos	433.127.197
Benefícios pagos	(914.678.372)
Rendimento	(79.450.106)
Encargos gestão	(21.757.712)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b><u>2.271.597.849</u></b>
Depósitos recebidos	101.865.105
Benefícios pagos	(806.324.813)
Rendimento	51.366.946
Encargos gestão	(8.356.093)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2015</b>	<b><u>1.610.148.994</u></b>

## NOTA 39 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 são apresentadas como seguem:

		2015						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro atual	Maturidade
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	30.058	45.030.058	2,186%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	47.932	45.047.932	3,486%	Perpétuas
<b>Total</b>			<b>90.000.000</b>	<b>90.000.000</b>	<b>77.990</b>	<b>90.077.990</b>		

  

		2014						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro atual	Maturidade
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	34.215	45.034.215	2,281%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	53.715	45.053.715	3,581%	Perpétuas
<b>Total</b>			<b>90.000.000</b>	<b>90.000.000</b>	<b>87.930</b>	<b>90.087.930</b>		

A rubrica “Outros passivos financeiros” é representada da seguinte forma:

	2015	2014
Passivos financeiros detidos para negociação		
Contratos de investimento	147.247.275	170.100.984
Derivados (nota 25)	3.188.954	7.346.235
Outros passivos financeiros	92.420.654	217.837.243
	<b>242.856.883</b>	<b>395.284.462</b>

A rubrica de “Contratos de investimento” respeita a passivos associados a contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela GNB Seguros Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro 2014</b>	<b>48.163.102</b>	<b>90.676.569</b>	<b>138.839.671</b>
Depósitos recebidos	6.977.810	46.246.380	53.224.190
Benefícios pagos	(9.674.785)	(19.338.239)	(29.013.024)
Transferências	(6.130.324)	6.130.324	-
Juro técnico do exercício	2.073.367	4.976.779	7.050.146
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>41.409.170</b>	<b>128.691.813</b>	<b>170.100.983</b>
Depósitos recebidos	594.457	4.054.177	4.648.634
Benefícios pagos	(3.038.558)	(25.695.899)	(28.734.457)
Juro técnico do exercício	(889.257)	2.121.369	1.232.112
<b>Saldo a 30 de Junho de 2015</b>	<b>38.075.812</b>	<b>109.171.460</b>	<b>147.247.272</b>

Os outros passivos financeiros referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos abertos onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

2015	
Empresa emitente	Valor de Balanço
ES Short Bond	563.878
FUNGERE	91.856.776
	<b>92.420.654</b>

**NOTA 40 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	1.066.283	15.843
Mediadores	26.980.072	18.682.794
	<u>28.046.355</u>	<u>18.698.637</u>
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	9.522.138	9.746.668
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Empresas relacionadas	99.784	102.217
Outros credores	7.040.989	34.953.613
	<u>7.140.773</u>	<u>35.055.830</u>
	<b><u>44.709.266</u></b>	<b><u>63.501.135</u></b>

A rubrica “Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores” corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da GNB Seguros Vida ao Novo Banco, S.A., Novo Banco dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Os saldos de “Outros credores por operações de seguro e outras operações” têm uma maturidade inferior a 3 meses.

Os saldos da rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” incluem os valores relativos a Contas a pagar de fornecedores no montante de 11 milhares de euros (2014: 1.532 milhares de euros) e recebimentos por conta de imóveis de 5.665 milhares de euros (2014: 1.102 milhares de euros)

**NOTA 41 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

A rubrica “Acréscimos e diferimentos” em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos diferidos	88.975	93.384
Benefícios a empregados - curto prazo	320.847	327.624
Outros acréscimos de gastos	42.694.976	46.796.480
	<u>43.104.798</u>	<u>47.217.488</u>

A rubrica “Benefícios a empregados - curto prazo” é constituída com os valores relativos a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui 36.579 milhares de euros (em 2014 38.152 milhares de euros) relativos a despesas a pagar resultantes do contrato de resseguro cedido decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013.

**NOTA 42 - OUTRAS PROVISÕES**

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	<b>Outras Provisões</b>
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>20.288.687</b>
Dotações	7.501.696
Utilização	(470.142)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>27.320.241</b>
Dotações	388.509
Utilização	(2.253.485)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>25.455.265</b>

Em 2014, a rubrica de “Outras provisões” inclui o montante de 23.713 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2014: 23.222 milhares de euros).

**NOTA 43 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE REAVIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**

*Capital*

O capital social autorizado da GNB Companhia de Seguros de Vida, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 de ações, com um valor nominal de um euros cada, as quais encontram-se subscritas e realizadas na totalidade pelo acionista Novo Banco, S.A.

*Reservas de reavaliação*

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos refere-se às diferenças temporárias relativas à valorização das carteiras de investimentos sem participação nos resultados e não afetos. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros da Companhia e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 27%.

### Outras reservas

Incluída na rubrica “Outras Reservas” temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Temos também a Reserva SORIE, líquida de imposto, onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19 e ainda as reserva livres. (ver nota 2)

Ao longo do exercício findo em 30 de Junho de 2015, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>25.759.663</b>	<b>(11.358.448)</b>	<b>26.395.964</b>	-
Transferências para reservas	-	-	26.061.078	(26.061.078)
Alterações de justo valor	193.473.912	(48.816.221)	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	301.701.243
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital	(13.802.046)	-	(79.154)	1.634.941
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>205.431.529</b>	<b>(60.174.669)</b>	<b>52.377.888</b>	<b>277.275.106</b>
Transferências para reservas	-	-	-	(8.534.207)
Alterações de justo valor	(182.691.867)	49.927.210	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital	1.932.352	-	640.969	-
<b>Saldo em 30 de Junho de 2015</b>	<b>24.672.014</b>	<b>(10.247.459)</b>	<b>53.018.857</b>	<b>268.740.899</b>

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, como segue:

	2015	2014
Custos amortizados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.861.879.689)	(3.784.576.599)
Imparidade acumulada reconhecida	145.620.169	105.743.148
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.716.259.520)	(3.678.833.451)
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	3.752.801.228	3.898.067.026
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	36.541.708	219.233.575
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	36.541.708	219.233.575
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(11.869.694)	(13.802.046)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>24.672.014</b>	<b>205.431.529</b>

### Interesses minoritários

Os interesses minoritários referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos fechado onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

2015	
Empresa emitente	Valor de Balanço
CARAVELA BALANCED FUND	1.539.975
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	18.107.820
	19.647.795

## NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o montante global dos ativos e passivos da GNB Seguros Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

		2015				2014			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
<b>Novo Banco, S.A.</b>		<b>542.604</b>	<b>240.645</b>	<b>9.764</b>	<b>1.086</b>	<b>803.856</b>	<b>923.594</b>	<b>5.471</b>	<b>1.200</b>
	Ativos/Passivos financeiros	14.847	971	0	139	14.330	4.042	-	125
	Comissões	39	26.128	9.764	-	-	17.177	5.471	-
	Imóveis	187	-	-	478	178	-	-	514
	Provisão Matemática	-	213.447	-	-	-	902.275	-	-
	Depósitos	527.531	-	-	468	789.348	-	-	561
	Prestação de serviços	-	100	-	-	-	100	-	-
<b>Fundo de Pensões</b>		-	<b>166</b>	-	-	<b>529</b>	-	-	-
	Contribuições F.P.	-	166	-	-	529	-	-	-
<b>GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA</b>		-	-	<b>1.928</b>	-	-	<b>656</b>	<b>2.419</b>	-
	Comissões	-	-	1.928	-	-	656	2.419	-
<b>GNB-Serviços de Suporte Operacional, ACE</b>		-	<b>48</b>	<b>97</b>	-	-	-	<b>105</b>	-
	Prestação de serviços	-	48	97	-	-	-	105	-
<b>Moza Banco SA</b>		<b>15.642</b>	-	-	<b>1.357</b>	<b>18.261</b>	-	-	<b>2.660</b>
	Ativos/Passivos financeiros	15.642	-	-	1.357	18.261	-	-	2.660
<b>GNB Seguros</b>		<b>310</b>	-	-	<b>259</b>	<b>281</b>	-	-	<b>494</b>
	Imóveis	109	-	-	259	109	-	-	494
	Prestação de serviços	201	-	-	-	172	-	-	-
<b>Novo Banco dos Açores</b>		<b>31.747</b>	<b>133</b>	<b>20</b>	<b>344</b>	<b>29.548</b>	<b>124</b>	<b>101</b>	-
	Comissões	-	133	20	-	-	124	101	-
	Depósitos	31.747	-	-	344	29.548	-	-	-
<b>Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.</b>		<b>28.262</b>	<b>742</b>	-	<b>1</b>	<b>29.347</b>	<b>2.057</b>	<b>1.205</b>	-
	Ativos/Passivos financeiros	0	33	-	-	-	852	-	-
	Comissões	18	709	-	-	-	1.205	1.205	-
	Depósitos	28.244	-	-	1	29.347	-	-	-
<b>ESEGUR, S.A.</b>		-	-	-	-	-	-	<b>139</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	139	-
<b>Novo Banco Sucursal Espanha</b>		<b>2.472</b>	<b>53</b>	<b>53</b>	<b>269</b>	<b>4.026</b>	<b>106</b>	<b>106</b>	<b>322</b>
	Ativos/Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	22
	Depósitos	2.472	-	-	9	4.026	-	-	-
	Provisão para participação nos Resultados Seguros Vida	-	-	53	-	-	-	106	-
		-	53	-	260	-	106	-	300
<b>NB GESTION (ESPAÑA)</b>		<b>86</b>	-	-	-	<b>86</b>	-	-	-
	Ativos/Passivos financeiros	86	-	-	-	86	-	-	-
<b>NB PENSIONES, S.G.F.P., SA</b>		-	<b>170</b>	<b>106</b>	<b>614</b>	-	<b>333</b>	<b>333</b>	<b>603</b>
	Provisão para participação nos Resultados Seguros Vida	-	-	106	-	-	-	333	-
		-	170	-	614	-	333	-	603
<b>NOVO VANGUARDA</b>		-	-	<b>2</b>	-	-	-	<b>4</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	2	-	-	-	4	-
<b>NOVOBANCO SERVICIOS</b>		-	<b>10</b>	<b>83</b>	-	-	<b>11</b>	<b>181</b>	<b>22</b>
	Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	22
	Provisão para participação nos Resultados Seguro Vida	-	-	7	-	-	-	9	-
		-	10	76	-	-	11	172	-
<b>BESI SUCURSAL ESPANHA</b>		-	-	-	<b>14</b>	-	-	-	<b>14</b>
	Seguros Vida	-	-	-	14	-	-	-	14
<b>BESI</b>		<b>25.662</b>	<b>1.573</b>	-	<b>94</b>	<b>12.570</b>	<b>1.776</b>	-	<b>139</b>
	Ativos/Passivos financeiros	119	1.573	-	34	101	1.776	-	139
	Prestação de serviços	3	-	-	-	3	-	-	-
	Depósitos	25.540	-	-	60	12.466	-	-	-
<b>ESPIRITO SANTO INVST PLC</b>		<b>20.061</b>	-	-	<b>582</b>	<b>28.002</b>	-	-	<b>2.752</b>
	Ativos/Passivos financeiros	20.061	-	-	582	28.002	-	-	2.752
<b>BES INVESTIMENTO BRASIL</b>		-	-	-	<b>8</b>	-	-	-	<b>8</b>
	Ativos/Passivos financeiros	-	-	-	8	-	-	-	8
<b>BES FINANCE LTD</b>		-	-	-	-	<b>8.378</b>	-	-	-
	Ativos/Passivos financeiros	-	-	-	-	8.378	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>666.846</b>	<b>243.540</b>	<b>12.052</b>	<b>4.628</b>	<b>934.884</b>	<b>928.657</b>	<b>10.064</b>	<b>8.214</b>

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Durante os exercícios de 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus acionistas.

#### **NOTA 45 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE**

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se inseria, foi constituído um departamento, a Direção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo.

Durante o ano de 2012, em harmonia com a reestruturação acionista da então BES Vida, foi decidido proceder à alteração da estrutura orgânica da Direção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo e da Direção de Planeamento e Controlo de Gestão, das quais resultou a criação de uma nova Direção, a **Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance***.

Esta nova Direção incorpora quatro funções distintas: Planeamento e Controlo de Gestão, *Compliance* (que inclui a Segurança Financeira), Gestão de Risco e Controlo Interno, cujas missões e objetivos são diferentes como veremos de seguida para as últimas três funções.

#### ***Compliance***

Compete à Direção no âmbito do *Compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis à atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Administração;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e das matérias de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades).
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a I e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, para que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e Documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

#### **Controlo Interno**

Compete à Direção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Administração e com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;

- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e Identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

### **Gestão de Risco**

O ano de 2015 constituiu igualmente mais um ano de preparação para o novo regime de solvência (Solvência II), nomeadamente com a implementação e cumprimento das medidas interinas, que servem de preparação para a entrada em vigor da Diretiva de Solvência II. Estas orientações publicadas para o período transitório, abrangeram o sistema de governação (incluindo o sistema de gestão de riscos), a autoavaliação prospetiva dos riscos, o pré-pedido de modelos internos e a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais. Este processo que tem vindo a ser preparado de forma gradual conforme referido nos relatórios anteriores, conhecendo durante o corrente ano um forte impulso, e que se espera que seja ainda mais exigente para a Companhia durante o resto do ano em curso, derivado do conjunto de reportes quantitativos e qualitativos exigidos a serem providenciados ao regulador durante este período.

Assim a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando hierarquicamente ao Administrador Delegado, constituindo este um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na GNB Seguros Vida.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Acionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, *Compliance* e Serviços Externos Essenciais (Comité de Risco, Controlo e *Compliance*), composto pelo Administrador Delegado e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se acometidas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor, encontra-se em processo de revisão à luz das medidas de transição em vigor, é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da GNB Seguros Vida.

Constituindo como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;

- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

## **A. Risco Estratégico**

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus órgãos da administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objetivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

## **B. Risco de Seguro**

O risco específico da atividade seguradora reflete no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez, risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarificação, de provisionamento e de resseguro.

A Direção Técnica é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas ao nível da Companhia, bem como envolver outros departamentos no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos (Gestão de Riscos, Investimentos e *Marketing*).

### **B.1. Desenho e Tarificação**

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Em termos de viabilidade económica do contrato, à priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows e à posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direções da empresa. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Administrador Delegado e posterior aprovação, ou não, em sede de Administração. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Administração com gestão corrente, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção. Antes de iniciar a comercialização deverá ser submetido ao Comité de Novas Atividades e Produtos, representado pelas Direções de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, Técnica, de Investimentos e a de *Marketing*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, assim como o cálculo do *Traditional Embedded value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revistos por consultores externos.

### Risco específico de Seguros

#### Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

#### Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	<b>Tábua de mortalidade</b>	<b>Taxa Técnica</b>
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	<b>GKM 80</b>	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	<b>GKM 80</b>	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	<b>GKM 80</b>	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	<b>GKM 80</b>	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	<b>GKM 80</b>	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	<b>TV 73/77</b>	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	<b>TV 73/77</b>	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	<b>GKF 95</b>	3%
Após Setembro de 2006	<b>GKF - 3 anos</b>	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	<b>GKM 80</b>	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	<b>GKM 80</b>	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	<b>GKM 80</b>	4%
Após 1 de Outubro de 1998	<b>GKM 80</b>	3%

(\*) No ano de 2014 a taxa técnica foi de 3%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

	<b>Tábua de mortalidade</b>
Rendas	<b>GRM 95</b>
Poupança e outros contratos	<b>30% GKM 80</b>

## B.2. Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

A Companhia dispõe de normas internas, devidamente aprovadas e divulgadas, referentes ao processo de subscrição e gestão de apólices, segmentando este processo em três grupos de produtos, os produtos financeiros, os produtos de risco associados aos produtos de crédito do distribuidor e os produtos de risco que não estão associados aos produtos de crédito (venda seca).

### B.3. Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

De referir ainda que a GNB Seguros Vida efetua o *matching* de ativos e passivos, e calcula o LAT (*liability adequacy test*) que permite averiguar a adequação das provisões técnicas para os produtos IFRS4.

### B.4. Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem regras claras e formalizadas respeitantes aos procedimentos e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A Companhia tem implementado um *workflow* de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

### B.5. Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Conforme referido nos relatórios anteriores, a GNB Seguros Vida realizou (durante o primeiro semestre de 2013) a operação de monetização sobre grande parte da sua carteira de produtos de Vida Risco. Essa operação resultou na transferência total dos riscos dessa carteira para a *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais, mantendo, no entanto, a GNB Seguros Vida a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

Milhares de euros		
Tipo de resseguro		
Crédito Habitação	Excedente de pleno	75.000
Outros	Excedente de pleno	75.000

### **C. Risco de Mercado**

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas devem ser aprovadas pela Administração com gestão corrente.

Existe uma política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, que é revista anualmente. Esta política define limites, restrições, regras e procedimentos relativamente à gestão dos ativos da Companhia.

Ao nível do risco de mercado, a Companhia continua a desenvolver elementos para análise e mensuração deste risco, sendo que um dos elementos em desenvolvimento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada, com recurso à simulação estocástica, com um intervalo de confiança de 99,5% e um período de 1 ano (como é aconselhado pelas regras da Solvência II). Estão também em desenvolvimento e em fase de aperfeiçoamento, estudos de ALM que pretendem avaliar a adequação de ativos e passivos.

São também realizados exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre os valores previstos no modelo e os valores efetivos. Estes exercícios permitiram aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades preditivas do mesmo.

#### **C.1. - Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de Juro, imobiliário e de spread**

Risco de variação de preços no mercado de capitais:

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco cambial

Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda funcional.

A Companhia procede de forma significativa à cobertura das exposições acima apresentadas de moedas não euro para euro através de instrumentos derivados como *Forwards* ou futuros cambiais.

A gestão do risco cambial está definida na política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

#### Risco de variação das taxas de juro:

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco têm como objetivo a otimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia.

A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo apurada regularmente e monitorizada pela Direção de Investimentos e pelo Comité Financeiro.

#### Risco de imobiliário:

A gestão do risco imobiliário está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. O investimento em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários, ações de sociedades imobiliárias e em fundos de investimento imobiliário está limitado a 50%. Este limite é de 20% nos fundos PPR.

#### Risco de Spread:

Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Verificar maior detalhe em Risco de Crédito.

### **C.2. - Risco de uso de produtos derivados e similares**

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontra-se identificado os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Administração aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

A Companhia tem utilizado produtos derivados e similares, e pretende continuar a fazê-lo, no respeito pelas regras existentes, e com o objetivo de forma temporária ou permanente cobrir riscos de investimento, de margem de solvência, ou algum tipo de responsabilidade e de gerir a carteira eficientemente permitindo uma exposição célere e adequada para uma classe de ativos ou de ativo subjacente.

### **C.3. Risco ALM**

Ver ponto C. Risco de Mercado.

## **D. Risco de Crédito**

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, resseguro e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e de produtos derivados que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco: Direção de Risco, de Investimentos, de Mercados e Instrumentos Financeiros, Técnica, Comité Financeiro e restantes gestores dos ativos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

A Política Financeira é aprovada pelo Conselho de Administração, encontrando-se aprovados nesse documento os princípios orientadores de investimento. As exposições existentes são monitorizadas regularmente em Comité Financeiro.

### **E. Risco de Concentração**

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com os outros riscos referenciados e suas combinações (mercado, crédito, liquidez).

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação para a Companhia consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por *rating* e por classe de ativos (*asset allocation*).

A nível dos passivos dado que os produtos que a Companhia comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco), esta acredita que a própria rede por si só, de uma forma natural, considerando o modo como se encontra distribuída pelo País, permite que se verifique uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

## F. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

A maturidade dos ativos e passivos, a 30 de Junho de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, tem a seguinte composição:

	2015						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	316.341.525	-	-	-	-	27.003.787	343.345.312
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	2.725.668	9.104.693	(608.792)	(1.571.256)	755.895	693.802	11.100.010
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	105.035.860	118.019.043	163.329.899	240.412.090	128.531.909	863.857.951	1.619.186.752
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	162.132.744	246.309.003	579.675.268	1.973.656.651	139.165.799	684.637.542	3.785.577.007
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	426.606.737	-	-	-	-	-	426.606.737
Investimentos a deter até à maturidade	25.402.082	-	-	-	-	-	25.402.082
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.781.266	-	-	-	-	-	7.781.266
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	27.285.497	-	-	-	-	-	27.285.497
<b>Total de Ativos</b>	<b>1.073.311.379</b>	<b>373.432.739</b>	<b>742.396.375</b>	<b>2.212.497.485</b>	<b>268.453.603</b>	<b>1.576.193.082</b>	<b>6.246.284.663</b>
Provisões Técnicas	226.307.179	174.389.226	195.583.930	624.560.025	136.921.431	45.775.115	1.403.536.906
Passivos por contratos de investimento	778.712.015	1.050.790.563	301.288.388	1.925.264.107	97.933.446	315.441	4.154.303.960
Passivos subordinados	-	-	-	45.030.058	-	45.047.932	90.077.990
Outros passivos financeiros	243.109.467	-	-	-	-	-	243.109.467
Outros credores por operações de seguros e outras operações	44.709.266	-	-	-	-	-	44.709.266
<b>Total de Passivos</b>	<b>1.292.837.927</b>	<b>1.225.179.789</b>	<b>496.872.318</b>	<b>2.594.854.190</b>	<b>234.854.877</b>	<b>91.138.488</b>	<b>5.935.737.589</b>

  

	2014						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	385.467.622	-	-	-	-	2.632.135	388.099.757
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	(3.930.296)	8.818.303	-	(2.325.188)	-	60.902	2.623.721
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	105.971.681	129.265.186	258.178.661	300.131.040	122.095.206	1.026.834.493	1.942.476.267
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	483.716.111	165.520.008	617.432.656	1.575.378.644	375.497.576	719.059.632	3.936.604.627
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	699.396.712	-	-	-	-	-	699.396.712
Investimentos a deter até à maturidade	24.682.173	-	-	-	-	-	24.682.173
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.037.646	-	-	-	-	-	8.037.646
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	65.406.610	-	-	-	-	7.866	65.414.476
<b>Total de Ativos</b>	<b>1.768.748.259</b>	<b>303.603.497</b>	<b>875.611.317</b>	<b>1.873.184.496</b>	<b>497.592.782</b>	<b>1.748.595.028</b>	<b>7.067.335.379</b>
Provisões Técnicas	260.817.818	158.183.389	187.025.859	706.026.115	148.595.603	420.758	1.461.069.542
Passivos por contratos de investimento	951.424.014	1.718.624.015	127.077.631	2.246.819.582	66.525.486	315.343	5.110.786.071
Passivos subordinados	-	-	-	45.036.753	-	45.051.177	90.087.930
Outros passivos financeiros	395.531.916	-	-	-	-	-	395.531.916
Outros credores por operações de seguro	63.501.135	-	-	-	-	-	63.501.135
<b>Total de Passivos</b>	<b>1.671.274.883</b>	<b>1.876.807.404</b>	<b>314.103.490</b>	<b>2.997.882.450</b>	<b>215.121.089</b>	<b>45.787.278</b>	<b>7.120.976.594</b>

## G. Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna (função assegurada pelo Departamento de Auditoria Interna do GNB). Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Gestão de Risco, onde estão presentes o Administrador Delegado e os responsáveis por cada Direção.

O Comité de Gestão de Risco, Controlo e *Compliance* implementado na Companhia, contribui para a mitigação deste risco funcionando como facilitador no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas, e é devidamente monitorizada.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

## **H. Risco Reputacional**

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;

- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”; e
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

Durante 2014 assistiu-se ao aumento deste risco na Companhia associado aos acontecimentos verificados em torno do seu anterior acionista (o BES), provocando quebras de produção durante o segundo semestre do ano e um ao aumento significativo do volume de resgates. Contudo, a situação financeira da Companhia e a sua posição no mercado permitiu à GNB Seguros Vida responder às exigências do desafio, mesmo tendo em conta o forte aumento verificado.

## NOTA 46 – SOLVÊNCIA

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 11/2008-R e n.º 12/2008-R, ambas de 30 de outubro, n.º 21/2010-R, de 16 de dezembro, n.º 4/2011-R, de 2 de junho e pela Norma Regulamentar n.º 2/2014-R, de 30 de janeiro emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível, incluindo análises periódicas de sensibilidade e risco. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Administração da Companhia.

O rácio de cobertura da margem de solvência a 30 de Junho de 2015 continua apresentar um nível bastante confortável (254,2%), ou seja um excesso de 183 milhões de euros.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro 2014:

	<b>Jun-15</b>	<b>Dez-14</b>
Capital	50.000.000	50.000.000
Reservas	70.086.204	197.280.616
Resultados transitados	268.691.641	276.728.011
Resultados do exercício	81.745.930	(8.036.370)
Empréstimos subordinados com prazo fixo	45.000.000	45.000.000
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	45.000.000	45.000.000
Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível	(94.002.376)	(104.775.185)
<b>Valor de balanço</b>	<b>466.521.399</b>	<b>501.197.072</b>
Outros ajustamentos	(652.545)	(763.962)
Margem de solvência disponível	465.868.854	500.433.110
Margem de solvência necessária	183.264.072	202.271.499
<b>Rácio de solvência</b>	<b>254,2%</b>	<b>247,4%</b>